



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- ACTA DA 2.^a REUNIÃO DA 3.^a SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA -----

----- MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 7 DE JULHO DE 2003 -----

----- ACTA N.º 5/03 -----

-----Aos sete dias do mês de Julho de dois mil e três no Auditório da Assembleia Municipal, em Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência em exercício da Primeira Secretária, Senhora Maria Madalena Pereira da Silva Castro, por ausência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Doutor Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes, tendo como Primeira Secretária, a Senhora Doutora Maria Alexandra Colles Gonçalves da Silva Fraga e como Segundo Secretário, o Senhor Doutor Alexandre Manuel Pereira Martins da Luz. -----

1. ABERTURA DA REUNIÃO -----

-----Pelas quinze horas e trinta minutos, a Senhora Presidente da A.M. em exercício declarou iniciada a 2.^a Reunião da 3.^a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e sete Membros (Elísio Olavo das Neves Gouveia da Veiga, Custódio Mateus Correia de Paiva, Luís d'Andrade da Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, António Joaquim Moreira, Rui Manuel de Freitas, Salvador António Martins Bastos Costeira, Elisabete Maria Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, Luiz Gonzaga Norton Cardoso de Menezes, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Jorge Paulo Seabra Roque da Cunha, Alexandre Manuel Pereira Martins da Luz, António José Viana Basto, Sofia de Sequeira Galvão, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Levy Nunes Gomes, Fernando Caldeira Martins, Maria Alexandra Colles Gonçalves da Silva Fraga, Ângela Maria Gomes Silva Brito Leite, Rogério Manuel Ferreira Simões Carneiro, José Jorge Pereira, Pedro Manuel Afonso de Paulo, Luís Miguel Pereira de Sousa, Vidal Diogo Fernandes Antão, Marcos Sá Rodrigues, Luísa Maria Diego Lisboa, Pedro Afonso Nóbrega Moita de Melo e Sá, Joaquim dos Reis Marques, Carlos Alberto Pereira Reis, João Carlos Macedo Viegas, António José Coutinho Lopes Cabral, Carlos Alberto de Sousa Coutinho,

Joaquim Vieira Cotas, José Manuel Milheira Pinto Ferreira, Ermelinda da Conceição Oliveira, Paulo Henrique Pereira Mendes de Miranda e Carlos Fernando de Sousa Gaivotto) desta Assembleia Municipal. -----

2. ORDEM DE TRABALHOS-----

----- Foi estabelecida para a presente Reunião a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- ORDEM DE TRABALHOS (CONT.) -----

5. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 660/03 relativa ao Regulamento da Venda Ambulante – Ofício N.º 30136-03.06.18; -----

6. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 681/03 relativa à Alteração ao Regulamento dos Mercados Municipais – Ofício N.º 30134-03.06.18; -----

7. Apreciação da PROPOSTA C.M.O. N.º 683/03 relativa ao Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2002 da “Oeiras Viva” – Gestão de Equipamentos Sócio-Culturais e Desportivos, E.M. – Ofício N.º 30132-03.06.18; -----

8. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 772/03 relativa à Desafecção do Domínio Público de uma parcela de terreno com 80 metros quadrados, no Moinho das Antas, com vista à sua alienação a Fernando Rodrigues Galveias – Ofício N.º 30131-03.06.18; -----

9. Apreciação da PROPOSTA C.M.O. N.º 823/03 relativa ao Relatório e Contas do Exercício de 2002 da Parques Tejo – Parqueamento de Oeiras, E.M. – Ofício N.º 30128-03.06.18, -----

10. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 849/03 relativa ao Ordenamento da AUGI de Leião – Correções ao Regulamento e Planta Síntese – (Plano de Pormenor do Ordenamento do Núcleo de Leião) – CP 05.04.01.06 – Ofício N.º 30129 – 03.06.18; -----

11. Informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Oeiras acerca da Actividade do Município, nos termos da alínea e), do N.º 1, do Artigo 53.º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

3. Sr.ª Presidente da A.M. em Exercício -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----A Senhora Presidente da A.M. em Exercício referiu o seguinte: -----

-----“Quero pedir desculpa em nome do Doutor Marques Mendes, que teve um imprevisto, faleceu uma pessoa de família, e não pode estar presente nesta reunião. Antes de dar início às inscrições para o ponto cinco, queria dar conhecimento aos Senhores Deputados, que solicitámos ao Senhor Deputado Alexandre Luz para colaborar connosco nos trabalhos de hoje. Estão então abertas as inscrições para a discussão do Ponto número cinco.” -----

4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

4.1. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 660/03 relativa ao Regulamento da Venda Ambulante – Ofício N.º 30136 - 03.06.18 -----

-----Deliberação N.º 26/2003 da A.M. -----

-----Sr. Carlos Gaivoto (B.E.) -----

-----O Senhor Deputado Carlos Gaivoto intervém, para dizer o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente posso só dar uma informação, é sobre a Comissão de Mobilidade que se reuniu durante esta semana, ou dá-se no fim o documento, como é que é?” ----

-----A Senhora Presidente da A.M. em Exercício disse o seguinte: -----

-----“Se não se importa vamos dar prioridade à agenda. Não se inscreveu para este ponto, não? Obrigado. -----

-----Senhor Deputado Carlos Coutinho faça favor.” -----

-----Sr. Carlos Coutinho (CDU) -----

-----O Senhor Deputado Carlos Coutinho fez a seguinte intervenção: -----

-----“Boa tarde muito obrigado. Em relação ao Regulamento da Venda Ambulante, nós queríamos fazer duas observações, uma que tem a ver com o Artigo décimo oitavo, tem a ver com asseio e higiene, chamando a atenção do seguinte aspecto: ainda hoje em dia se nota às vezes pessoas a vender, nomeadamente, peixe no chão, junto a ruas que infelizmente não estão em condições mínimas de higiene, coisas típicas de uma sociedade subdesenvolvida, isto existe

em plena luz do dia, pese embora o esforço que me apraz registar, da fiscalização, da polícia, da acção concreta praticamente constante em relação a esta matéria. O que não há dúvida nenhuma é que existem situações de venda ambulante, que ferem completamente uma norma regulamentar que devia ser respeitada a cem por cento, enfim, as Entidades encarregues de fiscalizar e despistar esta situação, diariamente estão no terreno e fazem tudo o que podem em relação a esta matéria. -----

----- Mas queria articular isto, com um outro artigo, que tem a ver com o artigo trigésimo quinto, que se refere às relações entre a Câmara Municipal e os vendedores ambulantes: “As autoridades camarárias deverão exercer acção educativa e esclarecedora”. A nossa observação ia neste sentido, tentar otimizar esta transcrição que está no Regulamento, que é justa, no sentido de procurar ter uma acção, a Câmara ter uma acção, de modo a retirar estes vendedores ambulantes da rua, dando-lhes educação, dando-lhes formação e tentando colocá-los nos postos que eventualmente estejam disponíveis de venda, nos próprios Mercados que o município tem, porque pensamos que este Regulamento está bem feito, está óptimo, a fiscalização está no terreno, parece-me que a única variável, que podemos ainda mexer para tentar minimizar estes efeitos, pelo menos estes da falta de higiene, a venda do peixe então a mim aflige-me, em frente à Padaria onde vou buscar o pão, ao pé do Mercado, vendedoras a vender pescadas no chão e peixe, e parece-me que nós Câmara podíamos tentar, enfim, tocar naquele segmento, que é um segmento de risco e muito difícil de tocar, mas eventualmente poderá haver vendedores, que possam ser chamados a um curso, a uma educação, e ser, digamos assim, ajudados a instalarem-se nos postos de venda que os próprios Mercados têm. Sei que isto em absoluto, vai ser muito difícil, é muito complicado de fazer, mas se nós conseguíssemos tirar o primeiro já era um caminho, tentar, parece-me que este Regulamento está bom, vai ter o nosso voto favorável, naturalmente. -----

----- Só que daquilo que nós vimos no terreno, tanto do ponto de vista das pessoas que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

estão a infringir as regras e da actuação da fiscalização que está em conformidade com as necessidades, e se calhar até vai para além disso, é frequente agora ver-se até policiamento, digamos assim, de polícias de segurança especiais que estão a patrulhar muitas vezes estes locais, porque de facto há grupos que são complicados, têm que estar mais agentes de segurança do que o normal. Estou-me a referir concretamente ao sítio onde eu vivo, que conheço particularmente bem, que é a zona da baixa de Algés, onde isto acontece, não é falta de fiscalização, eu próprio já abordei alguns vendedores nestas situações, aconselhando-os a tentar trabalhar dentro do Mercado numa situação normal, eles dão uma pequena desculpa, mas se houvesse uma acção sobre estas pessoas, talvez se conseguisse fazer qualquer coisa. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----**Sr. Reis Marques (PS)** -----

-----O Senhor Deputado Reis Marques disse o seguinte: -----

-----“Muito boa tarde Senhora Presidente, Senhores Vereadores, meus Senhores e minhas Senhoras. Este Regulamento que aqui temos vem revogar o Regulamento Ambulante anterior, feito então pela Vereadora Nair Peleira. Agora este Regulamento faz aqui uma junção, ele está bem feito como disse aqui o Senhor Deputado, faz uma junção do Regulamento das rouletes, é que a determinada altura regulamenta aqui a actividade das rouletes, quando as rouletes têm Regulamento próprio, diz aqui: pode vender cachorros. Portanto, as rouletes têm Regulamento próprio, estou a vê-lo aqui incluído. -----

-----Quanto à história dos vendedores ambulantes, também gosto que esta situação seja regularizada, não aqui neste local mas no actual Gabinete da Senhora Presidente, então o Gabinete era no Salão Nobre da Câmara Municipal de Oeiras, um dia quando se acabou e bem, pela venda ambulante em Algés, fomos invadidos ali pela situação, agora sou a favor do Regulamento da Venda Ambulante, ou então não se passa licenças às pessoas, porque depois andar atrás delas, com a polícia a chatear, penso que era muito mais importante, aquilo que o

Senhor Deputado Carlos Coutinho aqui chamou a atenção, problema da higiene pública, há coisas que não deviam ser permitidas vender em ambulante, o caso do peixe. -----

----- Não concordo que o peixe seja vendido na via pública, é um problema de higiene pública, depois há uma outra situação, acho que era preferível, era localizar sítio onde podiam vender os vendedores ambulantes, metê-los na rua em qualquer lugar é muito complicado, sei que há um problema, muitas vezes não aceitam, quem faz venda ambulante não aceita ir para ali, porque diz que ali não estão os seus futuros clientes, esse é que é o grande problema. Acho que este é melhor que o anterior, mas é preciso termos em atenção algumas situações, melhorar é sempre inovar, por nós não há problema sobre este Regulamento.” -----

----- **Sr. Elísio Veiga (J.F. Algés)** -----

----- O Senhor Deputado Elísio Veiga fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente, muito boa tarde. Queria só, não me levará a mal naturalmente, ao Senhor Vereador Ferreira de Matos, para colocar a seguinte questão: penso que os novos legisladores perderam um pouco o espírito de síntese, seria possível fazer os Regulamentos um bocadinho mais pequeninos, isto é cada “calhamaço” como se dizia na Faculdade, é uma coisa impressionante, de qualquer maneira entendo que como ninguém se pode escudar no desconhecimento da Lei, para se defender de qualquer infracção, as pessoas têm que ler isto, mas acho que era possível, aquela parte aqui por exemplo que diz o que é que é permitido vender, é uma lista tão grande que se calhar mais valia ter posto, o que é permitido vender. O que acho, esta era a observação que queria fazer, já a nossa construção é a mesma coisa, deve ser a maior construção do Mundo, porque é que não se fazem estes Regulamentos um bocadinho mais concisos, e, não tendo quase a necessidade de prever tudo, e tudo o que possa vir a acontecer, era só esta observação que gostava de colocar à sua ponderação. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **Sr. Rui Freitas (J.F. Paço de Arcos)** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----O Senhor Deputado Rui Freitas disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado Senhora Presidente. Boa tarde Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores. Gostaria só aqui de relembrar uma questão, falou-se aqui de facto muito, na integração e na formação dos vendedores ambulantes, mas recordo que, vou citar os casos de Paço de Arcos, é também uma das pragas, perdoem-me a expressão, que nós temos no centro de Paço de Arcos, gostaria de recordar que já no mandato anterior, e no início deste mandato com o Doutor Isaltino Morais, foram criadas algumas soluções que os vendedores ambulantes não aceitaram, há relativamente pouco tempo com o Senhor Vereador Ferreira de Matos, pedi-lhe uma audiência para casos que foram também muito concretizados, na altura da venda ambulante, foram resolvidas as situações, houve o compromisso dos vendedores em aceitarem, digamos, a sua integração no Mercado de Paço de Arcos, só que ao fim de uma semana praticamente já lá não estava nenhum. -----

-----As pessoas têm que aprender, de facto ou aceitam os Regulamentos, ou já não há integração possível, portanto, nestes casos as coisas têm que ser muito laxativas, tem que haver um Regulamento, porque de facto se deixamos ao livre arbítrio de cada um, não é fácil, as pessoas não aceitam regras, não aceitam normas, sem essas normas não é possível trabalhar. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----**Sr. Caldeira Martins (PSD)** -----

-----O Senhor Deputado Caldeira Martins fez a seguinte intervenção: -----

-----“Boa tarde Senhora Presidente, boa tarde Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, público em geral. -----

-----Li atentamente este Regulamento e gostaria de tecer alguns considerandos, para o voto favorável da nossa Bancada, isto é da Bancada do PSD. Queria dizer o seguinte: uma vez que o Regulamento em vigor, data de mil novecentos e noventa e dois, como tal, desajustado à realidade actual, dado que o objectivo da Proposta é a definição de exigências de cumprimento,

no domínio das instalações de funcionamento e fiscalização da actividade comercial, de venda ambulante, nomeadamente, exigências de segurança, higiene e defesa dos direitos dos consumidores, eis as razões para o voto favorável da nossa Bancada. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado. Não havendo mais inscrições, dava a palavra à Senhora Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que entender.” -----

----- **C.M.O.** -----

----- **A Senhora Presidente da C.M.O.** deu os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, boa tarde a todos. Devo dizer que percebo, não vou estar com a preocupação de responder a cada um dos Senhores Deputados Municipais, porque há aqui questões que se cruzam todas. -----

----- Uma das preocupações que aqui foi exposta pelo Senhor Deputado Elísio Gouveia, foi exactamente a extensão do Regulamento, no fundo para chamar atenção para alguma dificuldade que os vendedores ambulantes possam ter, ou quem queira exercer essa actividade, possa ter de leitura e na forma de digerir, deixem-me dizer assim, este articulado. Devo dizer, isto não é muito curial neste momento dizê-lo, o que é um facto é que tenho que respeitar este clausulado, se não o respeitar, não me importo nada que ele exija algum trabalho, em termos de leitura e de concretização, porque isso é a forma de os dissuadir, quem me dera a mim que não haja vendedores ambulantes. -----

----- Não sou, como aliás já tive oportunidade de o dizer, aqui noutras ocasiões, não sou pela venda ambulante, portanto, mais tarde ou mais cedo, espero bem que ela acabe no nosso concelho, parece-me que ao fim ao cabo, essa é a postura que de alguma forma todos nós vimos defendendo, até porque chamamos atenção e bem, para determinados aspectos e determinadas práticas, que não são as adequadas, portanto, a ideia é ser de facto de tal maneira exigente, que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

no fundo vá fazer com que as pessoas, deixem de querer praticar este tipo de actividade, e, sempre que é possível tentamos reintegrá-los nos mercados. -----

-----Estou-me a lembrar, ainda há bem pouco tempo, houve ali em Paço de Arcos, foi em Paço de Arcos não foi? E também em Algés, Carnaxide, e assim, que houve a tentativa de os integrar nos Mercados, digamos assim, umas vezes resulta, outras vezes não resulta, mas o que é um facto é que nós devemos arranjar forma, sem pura e simplesmente, arranjar aqui instrumentos que proíba, mas que vá dissuadindo a actividade, seria muito bom, porque realmente considero que venda ambulante, está um bocadinho ligada a terceiro Mundo e a zonas pouco desenvolvidas, portanto, não estou minimamente interessada em tê-los, agora para tê-los, temos que de facto ter aqui cuidado nas exigências que lhes colocamos. Também temos que fazer uma coisa que todos nós somos, ao fim ao cabo “pressionados”, para facilitar nalguma situação de apreensão de mercadoria e tentar que, já há orientações nesse sentido, no sentido de que não atendamos a essas situações, de facto continuemos sempre que não estão, digamos assim, a cumprir a legislação em vigor, ou os Regulamentos em vigor, que sejam apreendidas as mercadorias e não haja aqui situações de excepção, ou situações de facilitismo. -----

-----Quanto à situação das rouletes, as rouletes que estão aqui integradas são consideradas vendas ambulantes, uma das coisas que também já disse na reunião anterior, isso é uma das coisas que faço mesmo questão, é acabar com as rouletes, não quero rouletes no concelho, portanto, temos três casos, assim que se puderem acabar com eles, é uma das coisas que se vai fazer e não permitir que outras venham, portanto, dificultar estas situações. Mas digamos, isto vem da aplicabilidade dos instrumentos que temos à disposição, para não haver um corte radical, mas para as pessoas perceberem que as exigências são de tal maneira grandes, de levar as pessoas a desistir da pretensão. -----

-----Relativamente à higiene, compreendo perfeitamente que foram aqui colocados alguns artigos no clausulado que, digamos assim, obriga a cuidados de detalhe, que me parecem

importantes, vai-se ao pormenor das unhas, acho que não é um pormenor, acho que é realmente um detalhe importante, enfim, todo um conjunto de situações como viram pelo clausulado, que de facto, quem depois faz a leitura de uma forma mais distanciada percebe, que estes instrumentos e estes Regulamentos têm um objectivo de facto, que foi aquele que eu disse dissuadir. - -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado. Vamos então colocar à votação o ponto cinco da Ordem de Trabalhos.” -----

4.1.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente da A.M. em Exercício pôs à votação esta proposta, a qual foi aprovada por maioria com trinta e um votos a favor, sendo dezoito do PSD (Elísio Gouveia da Veiga, Luís Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, António Joaquim Moreira, Rui Manuel Freitas, Salvador Bastos Costeira, Elisabete Oliveira, Luiz Cardoso Menezes, Jorge Roque da Cunha, Alexandre Martins da Luz, António Viana Basto, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Levy Nunes Gomes, Fernando Caldeira Martins, Maria Alexandra Fraga, Ângela Brito Leite e Rogério Simões Carneiro), nove do PS (Luís Pereira Sousa, Vidal Diogo Antão, Marcos Sá Rodrigues, Luísa Diego Lisboa, Pedro Melo e Sá, Joaquim Reis Marques, Carlos Alberto Reis, João Carlos Viegas e António Lopes Cabral), três da CDU (Carlos Alberto Coutinho, Joaquim Vieira Cotas e Ermelinda Oliveira), um do CDS/PP (Paulo Henrique Miranda), e uma abstenção do B.E. (Carlos Sousa Gaivotto), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta, dela fazendo parte integrante. -----

----- Esta Deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **DELIBERAÇÃO N.º26/2003** -----

PROPOSTA C.M.O. N.º 660/03 – REGULAMENTO DA VENDA AMBULANTE. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número seiscentos e sessenta barra zero três, a que se refere a deliberação número vinte e oito da reunião da Câmara Municipal, realizada em catorze de Maio último e deliberou por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezoito do Partido Social Democrata, nove do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e um do Centro Democrático Social/Partido Popular e uma abstenção do Bloco de Esquerda, aprovar o Regulamento da Venda Ambulante, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.-----

----- (Assina esta Deliberação a Primeira Secretária da Assembleia Municipal).-----

4.2. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 681/03 relativa à Alteração ao Regulamento dos Mercados Municipais – Ofício N.º 30134 - 03.06.18 -----

-----**Deliberação N.º 27/2003 da A.M.** -----

-----**Sr.ª Ermelinda Oliveira (CDU)** -----

-----A Senhora Deputada Ermelinda Oliveira fez a seguinte intervenção: -----

-----“Em relação a este Regulamento, apenas me apraz dizer o seguinte: em nove do Outubro de dois mil e dois, este Regulamento foi aprovado pela Câmara em definitivo, oito meses depois vem aqui para serem aprovadas algumas alterações, compreendemos que às vezes as coisas tenham necessidade de se adaptarem a certas situações, mas oito meses parece-nos um tempo realmente bastante curto, que nos leva a crer que das duas uma, ou a Câmara não analisou convenientemente, estava desatenta talvez, quando aprovou este Regulamento ou então não foi analisado convenientemente, só assim se entende que oito meses depois volte aqui para sofrer algumas alterações. -----

-----Nós vamos votar favoravelmente as alterações, mas não podemos deixar de chamar a atenção para este problema. Obrigado.” -----

-----**Sr. Paulo Miranda (CDS/PP)** -----

----- O Senhor Deputado Paulo Miranda disse o seguinte: -----

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Deputados, antes de mais peço desculpa de não ter falado há bocado, mas troquei as folhas.-----

----- No que se refere ao ponto número seis, que é a alteração do Regulamento dos Mercados Municipais, não podemos deixar de fazer uma referência, é que contrariamente ao que foi dito aqui, trata-se de uma proposta que visa essencialmente, rectificar o conteúdo de alguns artigos dos Mercados Municipais, aprovado no final do ano passado pela Câmara Municipal de Oeiras e Assembleia Municipal, em que nada altera o espírito do mesmo, porque é de aprovar as rectificações às incorrecções detectadas posteriormente. -----

----- Chamamos atenção no entanto, da alínea a), do artigo quadragésimo quarto, que faz uma referência à distância do solo das mercadorias, porque penso que deve haver uma sensibilização junto dos comerciantes, para a necessidade de aumento das condições de higiene. Este é um aspecto que gostaríamos de ver revisto e registado.-----

----- Disse Senhora Presidente.” -----

----- **Sr. Caldeira Martins (PSD)** -----

----- O Senhor Deputado Caldeira Martins disse o seguinte: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente. Queria dizer qual é, enfim, a posição da Bancada do PSD, a posição é esta: como as incorrecções detectadas e ora introduzidas no Regulamento dos Mercados Municipais, para além de não serem relevantes, vão facilitar a sua aplicação para quem tem o ónus dessa função, por isso a Bancada do PSD nada tem a opor, ou nada terá a opor à alteração proposta. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado. Não há registo de mais inscrições, pelo que não sei se a Senhora Presidente, face às intervenções, não me parece que se tenham levantado dúvidas. Bem, vamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

colocar à votação o ponto número seis da Ordem de Trabalhos.”-----

4.2.1. VOTAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente da A.M. em Exercício pôs à votação esta proposta, a qual foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor, sendo dezoito do PSD (Elísio Gouveia da Veiga, Luís Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, António Joaquim Moreira, Rui Manuel Freitas, Salvador Bastos Costeira, Elisabete Oliveira, Luiz Cardoso Menezes, Jorge Roque da Cunha, Alexandre Martins da Luz, António Viana Basto, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Levy Nunes Gomes, Fernando Caldeira Martins, Maria Alexandra Fraga, Ângela Brito Leite e Rogério Simões Carneiro), nove do PS (Luís Pereira Sousa, Vidal Diogo Antão, Marcos Sá Rodrigues, Luísa Diego Lisboa, Pedro Melo e Sá, Joaquim Reis Marques, Carlos Alberto Reis, João Carlos Viegas e António Lopes Cabral), quatro da CDU (Carlos Alberto Coutinho, Joaquim Vieira Cotas, José Pinto Ferreira e Ermelinda Oliveira), um do CDS/PP (Paulo Henrique Miranda), e uma abstenção do B.E. (Carlos Sousa Gaivotto), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta, dela fazendo parte integrante. -----

-----Esta Deliberação foi aprovada em minuta.-----

-----DELIBERAÇÃO N.º 27/2003-----

PROPOSTA C.M.O. N.º 681/2003 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DOS MERCADOS MUNICIPAIS. -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número seiscentos e oitenta e um barra zero três, a que se refere a deliberação número quarenta e nove da reunião da Câmara Municipal, realizada em catorze do mês de Maio findo e deliberou por maioria, com trinta e dois votos a favor, sendo dezoito do Partido Social Democrata, nove do Partido Socialista, quatro da Coligação Democrática Unitária e um do Centro Democrático Social, Partido Popular e uma abstenção do Bloco de Esquerda, aprovar a alteração ao Regulamento dos Mercados Municipais, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo

do Município, traduzidos naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta. -----

----- (Assina esta Deliberação a Primeira Secretária da Assembleia Municipal). -----

4.2.1.1. Sr. Pedro Melo e Sá (PS) – Declaração de Voto -----

----- O Senhor Deputado Pedro Melo e Sá fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O Partido Socialista votou a favor desta alteração, contudo mantém tudo o que anteriormente dissera, aquando da aprovação deste Regulamento, pois muito em particular se mantém a ilegalidade do artigo treze, por fixar as regras de direito das cessões, contrárias aos disposto no código civil, a confusão existente entre titular e representante legal, máxima no número dois do artigo sétimo, e no número um do artigo vinte, previsão de caducidades em situações de cancelamento, e qualificação da caducidade como sanção, artigos vinte e cinco e cinquenta e um, para além de faltar toda uma lógica interna a este Regulamento, contudo votamos a favor, devido a estas alterações serem a nível regulamentar de relevância, relativamente reduzida, pois com certeza que tem relevância, como tal não temos nada a opor a essas alterações em particular. -----

----- Continuamos assim, a aguardar que a Câmara Municipal apresente a esta Assembleia as propostas de alteração, desses e dos outros preceitos, em relação aos quais em tempo útil, nos manifestamos pela respectiva alteração, ainda que o ideal fosse a apresentação de todo um novo Regulamento.” -----

4.3. Apreciação da PROPOSTA C.M.O. N.º 683/03 relativa ao Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2002 da “Oeiras Viva” – Gestão de Equipamentos Sócio-Culturais e Desportivos, E.M. – Ofício N.º 30132 – 03.06.18 -----

----- **Apreciado** -----

----- **Sr.ª Ermelinda Oliveira (CDU)** -----

----- A Senhora Deputada Ermelinda Oliveira disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----“A CDU leu atentamente este Relatório, considera que está um Relatório muitíssimo claro, muito bem feito, que é elucidativo como se deve apresentar um Relatório a esta Assembleia. No entanto verificámos no que concerne aos trabalhadores, haver aqui dois ou três ainda em contrato a termo, considerando que é uma Empresa que está ainda em relançamento, que terá talvez no futuro, com certeza, o seu alargamento, nós gostaríamos de ver a situação destes trabalhadores regularizada. -----

-----A CDU evidentemente que vota favoravelmente, mas veria com muito bons olhos, que num próximo Relatório estas situações, no que diz respeito aos trabalhadores, estivesse já efectivamente regularizada. É só.” -----

-----**Sr. Luís Sousa (PS)** -----

-----O Senhor Deputado Luís Sousa fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado Senhora Presidente, antes de mais boa tarde. Boa tarde à Vereação, estimados colegas da Assembleia, estimado público. -----

-----O princípio que rege as Empresas Municipais, têm em nossa opinião um princípio de melhoria e de eficiência de gestão, pensamos que só neste sentido é que as Empresas Municipais podem ter razão de ser, quando analisámos o Relatório de Contas da “Oeiras Viva” – Empresa Municipal, de facto algo se passa e algo está mal nesta Empresa, primeiro e partindo pelo fim, são as reservas ou ênfase que o R.O.C. coloca na sua certificação, a Empresa está tecnicamente falida. Empresa tecnicamente falida quer dizer o quê? Que a Empresa não tem activos para pagar os seus passivos, é aquilo com que nos confrontamos na “Oeiras Viva”, passivos superiores aos activos, algo preocupante, obviamente que neste sentido e ao abrigo do artigo trinta e cinco, do código das Sociedades Comerciais, o seu accionista, neste caso a Câmara Municipal de Oeiras, terá que tomar medidas urgentes por forma a dotar a Empresa de capitais, para resolver as suas responsabilidades a curto, médio e longo prazo. -----

-----Isto preocupa-nos, porque de facto é uma situação extremamente preocupante,

também gostava de perceber o porquê, de um aumento de custos tão substancial do pessoal, de dois mil e um para dois mil e dois, estamos a falar de duzentos mil euros, para quatrocentos mil euros, atenção que isto é uma Empresa que factura na ordem de um milhão de euros, e apresenta custos com o pessoal de quatrocentos mil euros, portanto, estamos a falar de um aumento para o dobro no ano de dois mil e dois. Tem que haver uma justificação, existe um Conselho de Administração que se deve preocupar com estas coisas, vemos um aumento tão substancial dos custos com pessoal. -----

----- Também gostava de uma explicação, sobre o endividamento contraído no ano de dois mil e dois, numa conta corrente caucionada que serve de apoio à Tesouraria, na ordem dos seiscentos e cinquenta mil euros. Uma conta corrente caucionada, tem por princípio uma gestão correcta de Tesouraria, um apoio aos ciclos negativos de Tesouraria das Empresas, não entendemos que uma Empresa como a “Oeiras Viva”, que tem receitas à vista, porque as pessoas que vão à Piscina Oceânica, vão à Piscina de Barcarena, vão às outras Piscinas e a alguns Pavilhões, do meu ponto de vista privados, não falando ainda dos acordos que a Câmara tem com as Escolas, e com algumas Colectividades do concelho, pagam à vista, normalmente a “Oeiras Viva” com certeza paga mais tarde, não paga à vista. Esta também é uma explicação do porquê deste endividamento, tão elevado na nossa opinião. -----

Gostava também de terminar e deixar de facto estas Empresas, esta Empresa “Oeiras Viva” tem que levar uma volta, tem que trazer valor acrescentado, senão não tem sentido a sua existência, penso que, nós a Bancada do PS, as Empresas Municipais não estão para dar lucro, estão para prestar um serviço social mas também não podem ter resultados, e não podem ter performance tão maus como têm sido apresentados, e como foi apresentado no “Oeiras Viva” em dois mil e dois. -----

----- Logo, penso que a conclusão a tirar da análise deste documento é: ou a má gestão por parte do Conselho de Administração, ou a Câmara não tem cumprido com os seus compromissos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

sociais, perante a Empresa. Isto para nós é que é preciso perceber, se há má gestão do Conselho de Administração, ou se a Câmara não tem cumprido com os seus compromissos sociais. -----

-----Acho que nos devemos preocupar com estas Empresas, existe bastante gente a trabalhar, há um Conselho de Administração que tem por obrigação uma gestão correcta, consistente, concisa e eficiente, quero deixar aqui que de facto esta Empresa não denota saúde nenhuma, portanto, há que tomar medidas, espero que a Senhora Presidente nos explique o que é que vai ser feito, e responda a estas perguntas da Bancada do PS. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----**Sr. Paulo Miranda (CDS/PP)** -----

-----O Senhor Deputado Paulo Miranda disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, só queria fazer duas observações aqui a este Relatório de Gestão e Contas de Exercício de 2002 da “Oeiras Viva”, que se referem exactamente no outro prisma de anterior observação, é que realmente os resultados, a aplicação dos resultados, chamo a atenção para a necessidade de repor o capital para valores adequados, isso é relativamente fácil fazer, em Engenharia Financeira faz-se, mas também há uma explicação aqui, é uma Empresa recente. -----

-----Mas há dois aspectos que gostaria de chamar a atenção, no que se refere ao orçamentado para segurança, apresentava doze mil euros e foram realizados cerca de quarenta mil, também há aqui uma observação que o CDS/PP quer fazer, é que no Boletim Desportivo Vivo, penso que o Boletim Desportivo apresenta valores demasiadamente altos. -----

-----Disse.” -----

-----**Sr. Caldeira Martins (PSD)** -----

-----O Senhor Deputado Caldeira Martins disse o seguinte: -----

-----“Obrigado Senhora Presidente. Ouvi aqui do Senhor Deputado Luís Sousa, falar no artigo trinta e cinco para esta Sociedade, queria alertar o Senhor Deputado que o artigo trinta e

cinco aplica-se às Sociedades Comerciais, isso que eu saiba, a não ser que esteja a interpretar mal, não é uma Sociedade Comercial, mas mais, o artigo trinta e cinco do código das Sociedades Comerciais, se o Senhor Deputado não sabia fica agora a saber, só se aplica a partir de dois mil e quatro, portanto, é obvio que nestas circunstâncias o Senhor Deputado anda muito mal informado. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado. Não há registo de mais pedidos de intervenção, colocava à consideração da Senhora Presidente eventualmente dar algum esclarecimento.” -----

----- **C.M.O.** -----

----- **A Senhora Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente muito obrigado. Gostaria primeiro se estivesse de acordo, passar a palavra ao Senhor Vereador Arnaldo Pereira, Presidente do Conselho de Administração e depois termino eu a intervenção relativamente às Empresas Municipais. Muito obrigado.” -----

----- **C.M.O.** -----

----- **O Vereador Arnaldo Pereira**, deu os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Agradeço aos Senhores Deputados Municipais as questões que colocaram, porque elas permitem clarificar alguns aspectos relativamente ao funcionamento da “Oeiras Viva”. -----

----- A ver se não me esqueço de nenhuma questão, começando pela situação das pessoas contratadas a termo certo, recorro que a Lei que regula a celebração de contratos a termo certo, estabelece no seu artigo quadragésimo primeiro, que essas situações se podem justificar no caso, entre outros, de lançamento de uma nova actividade de duração incerta, bem como início laboração de uma Empresa ou Estabelecimento. A Empresa Municipal “Oeiras Viva” foi criada no início de dois mil e um, começou a funcionar apenas no início do segundo semestre de dois mil e um, de modo que teve que recorrer a esta figura para, enfim, dar conta e responder às



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

responsabilidades que lhe foram cometidas. -----

-----No quadro que acompanha o Relatório e Contas, distribuído pelos Senhores Deputados, dar-se conta da situação de todos os funcionários da Empresa, há um número significativo de pessoas contratadas a termo certo, mas estou em condições de informar esta Assembleia, que dessas pessoas quarenta, enfim, este quadro aponta para quarenta e dois funcionários, desses quarenta e dois funcionários, vinte, nem todos estavam na situação de contratados a termo certo, já viram a sua situação regularizada, portanto, seguramente no próximo Relatório e Contas a situação já não será esta. É uma situação que está em vias de regularização, mas desses funcionários, vinte já têm neste momento a sua situação regularizada, houve alguns que desistiram, houve alguns que se considerou não adequado renovar o contrato, mas a maioria já viu a sua situação regularizada. -----

-----Depois uma segunda questão, colocada pelo Senhor Deputado Luís Sousa, muito concreta, que diz respeito à duplicação dos encargos de pessoal de dois mil e um, para dois mil e dois. A explicação é simples: é que em dois mil e um, a Empresa funcionou apenas em metade do ano, grande parte dos encargos de pessoal, dizem respeito ao funcionamento dos Pavilhões Desportivos Municipais, e, também da Piscina de Barcarena e da Piscina de Outurela, de modo que essas Piscinas só entraram em funcionamento pleno, algumas delas no segundo semestre de dois mil e um, portanto, há uma parte significativa do ano de dois mil e um, em que os encargos de pessoal foram reduzidos por essa razão, outras apenas em dois mil e dois. Depois ainda, nos que diz respeito a encargos de pessoal, há aqui alguma flutuação que resulta da taxa de utilização dos equipamentos, de modo que essa utilização tem vindo a crescer, quer na Piscina de Barcarena, quer na Piscina de Outurela, isso significa a necessidade, por exemplo, de contratar mais monitores e até outro pessoal, portanto, a explicação é esta. -----

-----De facto em dois mil e um, a Empresa funcionou a cinquenta por cento, portanto, é perfeitamente natural que em dois mil e dois, e o mesmo se há-de verificar em dois mil e três,

tenha havido duplicação dos encargos de pessoal, a razão é esta. -----

----- Depois o Senhor Deputado coloca uma questão que é sem dúvida pertinente, relativamente à situação da “Oeiras Viva”, eventualmente de outras Empresas Municipais. Defendo que desde logo, uma vantagem de uma Empresa Municipal poderá residir, numa quantificação muito mais rigorosa dos custos e encargos, que a prestação do serviço público pela Câmara Municipal comporta. A Empresa Municipal neste momento, tem a incumbência de garantir a gestão de equipamentos desportivos, a saber duas Piscinas, têm uma actividade ao longo de todo o ano, a Piscina Oceânica, e depois neste momento de seis Pavilhões Desportivos Municipais. -----

----- Os Estatutos da Empresa, e o Contrato-Programa celebrado com a Câmara, estabelece que esta, enfim, se compromete e têm o feito a garantir indemnizações compensatórias, por esse serviço público. Mas aqui gostaria de recordar que ponto um: a Empresa, é ainda uma Empresa jovem, é oportuno, no momento em que estamos a discutir a Conta de Gerência e o Relatório de dois mil e dois, dizer aqui, que houve um progresso muito significativo ao nível da situação da Empresa, ou seja, num primeiro momento por razões várias, quer no que diz respeito à Piscina de Outurela, quer no que diz respeito à Piscina de Barcarena, houve um défice de exploração, que vem aqui perfeitamente caracterizado, que neste momento está em vias de ser resolvido, nós estamos a caminhar para um equilíbrio ao nível da gestão da Piscina de Barcarena e da Piscina de Outurela. -----

----- Aliás, queria tranquilizar os Senhores Deputados, dizer que esta Empresa ao nível do funcionamento, ao nível do aproveitamento dos seus recursos humanos, se comparada com outras estruturas, se comparada com outras Empresas Municipais, tem um núcleo muito reduzido de pessoal, portanto, desse ponto de vista não tenho dúvidas nenhuma sobre a sua eficácia. Mas a questão que aqui se coloca, não retirando, repito, a pertinência à questão que coloca, é de saber por exemplo, se a Câmara Municipal assegurasse esse serviço, se gastava mais ou menos, não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

tenho dúvida que eventualmente até gastaria mais, muitas vezes o serviço público a este nível, é muito difícil de quantificar, porque se encontra diluído por várias estruturas, portanto a criação de uma Empresa Municipal, desde logo tem esta vantagem. -----

-----Por outro lado, gostaria também aqui de referir, que a Empresa Municipal “Oeiras Viva”, o capital social, enfim, é manifestamente insuficiente, de resto justamente o parecer do fiscal único aponta nesse sentido, é uma questão que já foi colocada à Câmara, por exemplo se compararmos a “Oeiras Viva”, com o que factura, com os encargos que tem, com outra Empresa Municipal, o capital social da “Oeiras Viva”, é quatro vezes inferior ao dessa outra Empresa, estou-me aqui a referir muito concretamente à Parques Tejo. Mas nós efectivamente, repito, estamos a caminhar para essa situação de equilíbrio. -----

-----Por outro lado, ao nível do endividamento da “Oeiras Viva”, é resultante também da circunstância de muitas das suas receitas, não virem na altura própria, portanto, a Empresa, é evidente que a Piscina Oceânica, no ano passado os Senhores Deputados também tiveram oportunidade de verificar um desvio, relativamente ao orçado e ao realizado, que decorreu sobretudo da circunstância da Piscina Oceânica, ter ficado muito aquém do previsto, e porquê que ficou aquém? Por razões climatéricas, foi o tempo que no ano passado nos traiçou, sobretudo nos fins-de-semana, não houve quando esteve bom tempo, antes pelo contrário, uma redução dos utilizadores da Piscina, mas a circunstância de durante o mês de Junho, e do mês de Julho, se terem verificado fins-de-semana em que esteve a chover, provocou de facto uma diminuição muito significativa dos utentes da Piscina Oceânica, portanto, houve um desvio significativo. Este ano, por exemplo, as coisas desse ponto de vista estão a correr melhor. -----

-----Mas estava a dizer, que com excepção dessa receita que se realizou logo, as outras, quer o pagamento dos Pavilhões, nós sabemos muitas vezes como os Clubes Desportivos, por razões várias, têm necessidade de cumprir, alguns ainda estão em dívida em relação à Empresa, nós neste momento temos de facto, por parte dos Clubes, e por parte de outros utilizadores dos

Pavilhões e até das Piscinas, uma dívida relativamente significativa. Portanto, isso significa que a Empresa Municipal, para fazer face aos seus compromissos diários tem que, enfim, contrair este endividamento. -----

----- De qualquer forma, também queria aqui referir que essa situação é uma situação que está relativamente controlada, portanto, a Empresa está em condições de fazer face aos compromissos que tem assumido. -----

----- Depois uma questão também específica, que foi levantada, penso que pelo Senhor Deputado Paulo Miranda, relativamente à situação de um Boletim, que durante o ano de dois mil e dois foi editado pela Empresa Municipal “Oeiras Viva”. Justamente porque não se confirmaram as perspectivas de uma angariação de publicidade, que financiasse exclusivamente os custos desse Boletim, foi suspenso, digamos assim, este ano já não é publicado, porque a condição para que se reedite esse Boletim, é de que a publicidade financie integralmente os custos do Boletim “Desporto Vivo”, que aliás também dava conta das actividades desportivas desenvolvidas no município. -----

----- Penso que estas são as questões concretas, que me foram colocadas, não sei se me estou a esquecer de alguma, mas queria também referir uma outra circunstância, que neste momento tem contribuído para agravar o défice de exploração da “Oeiras Viva”. Esse défice de exploração no ano de dois mil e dois, situou-se em cerca de cinquenta mil contos, cinquenta e dois mil contos, aproximadamente, houve um desvio relativamente ao orçado, porque o défice previsto no orçamento andava à volta dos vinte/trinta mil contos, explicado por duas razões fundamentais, pela quebra das receitas da Piscina Oceânica, e ainda pela circunstância da Empresa Municipal “Oeiras Viva”, estar a realizar investimentos de requalificação e beneficiação dos equipamentos que está a gerir, da sua própria responsabilidade, portanto, isso também na perspectiva de garantir qualidade no serviço público que prestamos. -----

----- Nos termos do Contrato-Programa celebrado com a Câmara, prevíamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

investimentos na ordem dos duzentos e sessenta mil contos, aproximadamente, desse dinheiro cento e sessenta mil contos, esse investimento foi garantido exclusivamente pela “Oeiras Viva”. Nos termos do Contrato celebrado com a Câmara, compete à “Oeiras Viva” apenas a manutenção dos equipamentos, e não a realização de investimentos de natureza mais estrutural, na requalificação desses equipamentos, mas certo é que por razões várias, aqui a fronteira muitas vezes é difícil de estabelecer, houve investimentos, tiveram que se realizar na requalificação de alguns equipamentos que a Empresa resolveu assumir, ainda bem, quer no que diz respeito aos Pavilhões, quer no que diz respeito às Piscinas. -----

-----Repito, aqui a fronteira pode ser, por isso é que temos o Contrato-Programa com a Câmara, a Câmara assumiu também o compromisso a esse nível, mas durante o ano de dois mil e dois, o volume desses investimentos ultrapassou a estimativa inicial, até porque em relação a alguns equipamentos, surgiram problemas que não tinham sido previstos, portanto, foi necessário realizar esse investimento adicional, na requalificação e reparação de alguns equipamentos. -----

-----Finalmente queria aqui referir, ainda no que diz respeito ao equilíbrio para que estamos a caminhar, esse equilíbrio já se verifica na Piscina de Barcarena, não se verificou no ano de dois mil e dois, no ano de dois mil e três já se está a verificar, e, está-se a verificar na Piscina de Outurela. Na Piscina de Outurela houve num primeiro momento, alguma relutância, e continua a existir, porque a Piscina de Outurela infelizmente está associada a um certo estigma, resido em Carnaxide, muitas pessoas que residem em Carnaxide, não frequentam a Piscina de Outurela, por se situar num Bairro Social e por alegados problemas de segurança, que aliás não existem, mas felizmente esse preconceito, está progressivamente a ser ultrapassado, esperamos também que a Piscina de Outurela rapidamente consiga esse equilíbrio, já se verifica por exemplo nos Pavilhões.”-----

-----**C.M.O.**-----

-----**A Senhora Presidente da C.M.O.** deu os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Em primeiro lugar agradecer ao Senhor Vereador os esclarecimentos que deu, mas apenas só acrescentar alguns aspectos que me parecem importantes, e de que pode ter permanecido alguma confusão. -----

----- Primeiro, quando se fala nos Contratos a termo certo, que se diz dos quarenta e três, vinte já viram a sua situação regularizada, não quer dizer que os outros não estejam regulares, estão regulares, não viram foi, digamos assim, a figura do contrato passar ou de precariedade passar a outro tipo de situação, mas regular estão, está tudo regularizado, há é de facto esta situação. -- -----

----- Depois, muitas das explicações, para uma Empresa que efectivamente está a dar os primeiros passos, pode-se dizer uma Empresa Senhores Deputados, não tem uma conclusão antes de três anos de actividade, digamos assim, não é uma conclusão, é uma avaliação, antes de três anos de actividade, se de facto tivessem tido oportunidade de seguirem o processo do “Oeiras Viva”, tinham verificado que a entrada em funcionamento, como aliás já foi aqui referida faseada, tendo em conta também que alguns dos equipamentos, não viram em termos de utilização a sua capacidade esgotada, ficou muito aquém, como aliás já foi dito o problema da Outurela, que infelizmente criou-se ali uma situação e uma opinião de insegurança, relativamente à Piscina, que não tem nenhuma razão de ser... **(Mudança de cassete)**...portanto, neste momento, a situação está a tender a regularizar-se. -----

----- Por outro lado, há uma situação que vale a pena referir, é que uma Empresa nunca presta um serviço social, nem uma Empresa Municipal presta um serviço social, isso é do conceito da própria Empresa, uma Empresa Municipal faz parte do sector empresarial autárquico, como tal, uma Empresa nunca presta um serviço social, presta um serviço público, obviamente quem presta um serviço social é a Câmara Municipal, não é de facto uma Empresa. Portanto, ela tem que caminhar no sentido do seu equilíbrio, porque senão tem que haver um momento em que se diz que basta, não é certamente a gestão mais adequada, de qualquer forma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

também me parece, devo dizer que estou atenta ao processo das Empresas Municipais, porque me parece que as Empresas Municipais ou de facto são auto-sustentadas, vivem só por si, ou então vale a pena chegar a um momento em que se diz: “q.b.”, portanto, há que ter essa coragem, agora é de facto prematuro fazer qualquer avaliação neste momento, neste caso desta que teve, e está a ter, ela está a ser engrossada, digamos assim, devo-vos dizer que está em preparação outro tipo de passagens de gestão, nomeadamente, espaços desportivos informais e auditórios, está-se a estudar esse aspecto por forma a ver como é que nós construímos, digamos assim, o cenário. ----

-----Por outro lado, que não restem aqui dúvidas, porque nestas coisas é sempre uma questão de preconceito e de fronteira, quando se fala na requalificação dos equipamentos que gerem, de natureza mais estrutural ou não estrutural, aqui não é um problema se é a Câmara que devia fazer ou não devia fazer, é um problema que tem a ver, digamos assim, mais com a definição do que é que é essa intervenção, portanto, foi chegada à conclusão, e bem, de que essa requalificação nesses equipamentos devia ter sido feita pela Empresa Municipal. -----

-----O capital social é insuficiente, a verdade que é, tenderá a ser, ou a situação tenderá a ser reequilibrada, tendo em conta todas estas mutações que entretanto se estão a verificar, por outro lado e foi ali referido, o Contrato-Programa que existe com a Câmara, e que a Câmara tem estado a cumprir, como digo tem estado a seguir, assim como também situações como o caso que aqui foi referido, e que podem ser a dada altura, independentemente da valia desses instrumentos. Como aqui se falou do “Desporto Vivo” do tal Boletim, a tendência é neste momento, e uma vez que a Câmara tem os seus instrumentos próprios de divulgação, de informação, é não fazer com que as Empresas Municipais, ainda que tenham todo o direito de ter os seus meios próprios de divulgação, mas não faz sentido, porque são Empresas Municipais, e neste momento, sobretudo enquanto elas atravessam momentos complicados, não faz sentido, quer seja a “Oeiras Viva”, quer seja a “Parques Tejo”, quer seja qualquer outra Empresa Municipal que tenha instrumentos ou Boletins, portanto, não vai ter enquanto ela não se auto-

sustentar.-- -----

----- Portanto, digamos que é uma situação que ao fim ao cabo, tem sido invertida face a uma situação inicial, como o caso do Boletim “Desporto Vivo” de que há pouco aqui se falou, mas noutras Empresas será exactamente a mesma coisa, não faz sentido tendo em conta que existe “Oeiras Actual”, “Oeiras Municipal”, e para todos os efeitos uma Empresa Municipal, é da Câmara Municipal, que esteja a haver outro tipo de instrumentos de divulgação, a não ser que sejam muito particulares, aí são situações muito pontuais, que se permitem de outra forma em termos de Boletim, ou para institucionalização de algo que é mais permanente, e que tem uma certa periodicidade de saída, não faz sentido verificar-se. Portanto, sobre esse aspecto nós não vamos seguramente prosseguir com este, até vermos, pode ser que se inverta a situação e que se justifique nalgum momento, mas até ver não haverá em termos de Empresas Municipais, não haverá instrumentos próprios de informação. -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, é tudo.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Está então realizado o ponto sete da Ordem de Trabalhos. Peço desculpa este ponto não tem votação, o ponto que acabámos de realizar não tem votação.”-- -----

4.4. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 772/03 relativa à Desafecção do Domínio Público de uma parcela de terreno com 80 metros quadrados, no Moinho das Antas, com vista à sua alienação a Fernando Rodrigues Galveias – Ofício N.º 30131 – 03.06.18 -- -----

----- **Deliberação N.º 28/2003 da A.M.** -----

----- **Sr. João Viegas (PS)** -----

----- O Senhor Deputado João Viegas fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Boa tarde a todos, em especial ao Executivo e à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

sua Presidente. Antes de iniciar esta intervenção, queria desde já salvaguardar que a título pessoal, não vou pôr em causa a honorabilidade que considero exemplar da nossa Presidente de Câmara, mas de facto vou sugerir aos meus colegas de Partido, na próxima Comissão Política, para que este processo entre no nosso manual autárquico, como o exemplo de como não se deve seguir um processo de urbanismo. -----

-----Ao longo dele encontramos sucessivas vezes dois adjectivos: “bizarro” e “insólito”, tive o cuidado de ir ao dicionário da Texto Editora, de facto “insólito”: não costumado; desusado; anormal; anómalo; incrível; aplica-se, o “bizarro” já não tanto, porque “bizarro” significa: garrido; gentil; generoso; nobre; valente; mas já é uma bizarrice que significa: ostentação; bazófia.-----

-----Há duas maneiras de ver um rectângulo, pelo lado mais pequeno, ou pelo lado maior, neste processo talvez porque politicamente seja desejável, é constantemente referida uma falha de dois metros, acontece que este rectângulo é de dois por quarenta. A nós Partido Socialista na defesa do interesse público, convêm-nos ver pelo lado maior, o lado dos quarenta metros, certamente, e para fraseando o meu colega Deputado Caldeira Martins, vocês estarão a seguir o caminho do Governo, é de facto uma decisão que irá beneficiar os construtores civis, ou pelo menos um, e os mediadores imobiliários. -----

-----Curiosamente nos Hospitais quando há um erro, a negligência é sempre atribuída ao maqueiro, aqui nem há nomes, porque se fala em deficientes elementos gráficos, deficiente rigor cartográfico, curiosamente fui ver ao Diário da República o Plano de Pormenor, e há plantas de implementação, de condicionamento, de enquadramento, de implementação de trabalhos, etc., em nenhuma destas plantas foi detectada este erro cartográfico, temos aqui três perguntas concretas: este erro foi só na unidade b)? Uma unidade tão pequena em relação a todo o Plano de Pormenor. Foi elaborado algum inquérito e acatada alguma responsabilidade? Foram aplicadas sanções? Foi precavido que esta situação não tornasse a existir? -----

----- Em terceiro lugar, lembrava-vos a informação do Departamento de Planeamento, o ponto oito que diz: “quanto à hipotética dedução, ao montante assim determinado, do valor das taxas de licenciamento pagas para a realização de um piso de estacionamento não executado”. Portanto, nós gostaríamos de saber se este estacionamento foi ou não executado, mais à frente no final da intervenção, voltarei a falar deste assunto, porque de facto o estacionamento é essencial para haver qualidade de vida numa urbanização. -----

----- Em relação à questão das áreas, nós também queríamos lembrar aqui que não se trata só de dois metros nem de oitenta metros quadrados, este lapso provocou, e nós acreditamos que o cidadão em causa, está no legítimo direito da defesa dos seus interesses. Estes oitenta metros quadrados em causa, reflectiram-se em mais trinta e dois metros quadrados de área de comércio, mais cento e setenta e seis metros quadrados de área de habitação, e mais duzentos e quarenta metros quadrados de área de estacionamento, curiosamente vou ver o quadro de síntese, e os setenta e três lugares de estacionamento, deu-se mais duzentos e quarenta metros quadrados, mas não se aumentou o número de lugares de estacionamento, o que em contas por alto, dará para fazer uma central de camionagem, porque dará mais três lugares, três metros a cada estacionamento.-----

----- Não me querendo alongar muito, vai ser muito difícil a nossa Bancada votar favoravelmente esta Proposta. Numa altura em que o Ministério Público e as autoridades judiciais levantam suspeitas sobre os Ceres do cessante Presidente de Câmara, e de alguma forma da gestão anterior do PSD, uma vez que aqui é referido ao de leve, muito ao de leve, numa anterior Acta de uma Assembleia Municipal, de um embargo, nós tínhamos também aqui três perguntas concretas: qual o estado da construção na altura do embargo? Se foram aplicadas autos e coimas? Quanto tempo durou o embargo e porque é que foi levantado? -----

----- Por último, uma questão política, mas isso a gente vai-se habituando às diferenças entre o PSD e o PS, segundo o entendimento dessa mesma Acta: “por via da eficácia do referido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Plano, era importante aprovar isto”. Bom, não se trata de uma escola, não se trata de uma estrada, não se trata de um hospital, não se trata de um equipamento público, ainda mais, não estavam feitos os estacionamento, esta eficácia é quê, na recolha da sisa? Portanto, a nós parece-nos importante que isto seja esclarecido, porque repito, vai ser muito difícil a nossa Bancada votar favoravelmente esta proposta. -----

----- Ainda tínhamos mais uma última questão, porque é que o Vereador do Património não assina em nada este processo? Estamos a falar de uma faustosa bizarrice, de alienação do património e do erário público, porque é que deixam a Presidente de Câmara sozinha a fazer a proposta? Acho que por uma questão de solidariedade política ficava bem. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **Sr. Joaquim Cotas (CDU)** -----

----- O Senhor Deputado Joaquim Cotas disse o seguinte: -----

----- “Com a aprovação desta proposta, pretende a Câmara Municipal encerrar um capítulo pouco claro, da gestão do PSD no município de Oeiras, de facto esta história é muito antiga e merece ser um bocado recordada. Em reunião de Câmara de vinte e seis de Maio de mil novecentos e noventa e nove, foi aprovada uma proposta de alteração do Plano de Pormenor do Moinho das Antas, apenas com os votos favoráveis do PSD, proposta que pretendia regularizar uma situação de violação do Plano de Pormenor, do Moinho das Antas, e conseqüentemente a violação do Plano Director Municipal. -----

----- Em Sessão da Assembleia Municipal de Junho de mil novecentos e noventa e nove, a proposta foi agendada, discutida e votada, tendo sido aqui rejeitada por uma feliz coincidência, nessa Sessão faltaram vários Deputados da maioria PSD, por isso a proposta foi rejeitada, com os votos contra de toda a oposição, incluindo os votos do CDS/PP. Em treze de Março de dois mil e um, a proposta foi novamente agendada, discutida e votada, tendo sido aprovada com os votos favoráveis apenas do PSD, isto na Câmara Municipal. -----

----- Agora cerca de dois anos depois, vem o assunto novamente à Assembleia Municipal, para ser aprovada a regularização e legalização, pela violação cometida pelo urbanizador Senhor Fernando Galveias, com a venda dos oitenta metros quadrados, ocupados irregularmente pela importância total de trinta e nove mil seiscentos e cinquenta euros. Não foi por acaso nem por distração, eu sabia o que estava a fazer, mas pelos vistos à violações que valem a pena e valem também muitos milhões, para culminar de forma coerente toda esta história, o urbanizador vai agora à Câmara, vender, portanto, regularizar, e vai comprar à Câmara estes oitenta metros quadrados por sete mil e oitocentos contos, ora se nós pensarmos que oitenta metros quadrados, é regra geral a área de um T2, aquele prédio tem oito andares, cada T2 naquele prédio custa cerca de cinquenta mil contos, logo o urbanizador encaixou com este negócio quatrocentos mil contos, vai comprar este terreno à Câmara por sete mil e oitocentos contos. -----

----- Na verdade isto tratou-se de um grande negócio, mas esta história exemplar merece ser do conhecimento público, é suposto e legal que a função nobre e primeira de uma Assembleia Municipal, consiste na fiscalização da actividade da Câmara, mas em Oeiras este princípio não vale, não tem validade, por isso na verdade impõe-se e o que faz falta é avisar a “malta”, para que abra os olhos, porque a experiência diz-nos que algumas maiorias absolutas, estão muito mais próximas da ditadura do que da democracia. -----

----- Chega por agora.” -----

----- **Sr. Paulo Miranda (CDS/PP)** -----

----- O Senhor Deputado Paulo Miranda disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, depois de ouvir o que ouvi aqui, realmente fiquei um bocado preocupado, primeiro o Senhor Deputado Joaquim Cotas faz uma certa cronologia dos factos, em tempo alguns são verdade, faz umas referências a meu ver menos próprias, porque se vamos a olhar à informação do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, o seu número dez, faz uma constatação dos valores que deverão considerar-se como válidos para esta operação,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

portanto, penso que aqui há boa fé, há uma informação prestada à Senhora Presidente da Câmara, que é solidária e responsável por esta decisão, mas o seu “staff” tem que lhe fazer chegar as informações, esta uma informação que considero válida. -----

-----Considerando a proposta, e pela leitura dos documentos que acompanham a proposta, considero atribuir uma grande confusão, aquilo que se considera atribuir uma grande confusão na altura, portanto, a construção de um edifício que não respeitou os Planos de Pormenor do Moinho das Antas, penso que com a apresentação aqui a esta Assembleia, se a nossa decisão for aprovar, resolve-se de uma vez por todas este problema. Por este motivo, e para acabar com esta situação considerada bizarra, segundo a proposta diz, o CDS/PP vai votar favoravelmente.” -----

-----**Sr. Jorge Pracana (PSD)** -----

-----O Senhor Deputado Jorge Pracana fez a seguinte intervenção: -----

-----“Obrigado Senhora Presidente, boas tardes. Esta discussão que nós estamos aqui um pouco hoje a fazer, parece-me um pouco a reprise de uma que fizemos há cerca de um ano atrás, e pese embora alguns dos considerandos certamente louváveis, que consubstanciam alguma preocupação por parte dos Deputados que me antecederam. Queria chamar atenção para o facto de nessa informação, para aqueles que porventura não estivessem presentes nessa reunião, que essa matéria já foi de facto discutida aqui anteriormente, aquando da alteração do Plano de Pormenor do Moinho das Antas, recorde que na altura esta Assembleia foi confrontada, e deliberou aprovar essa alteração, fundamentalmente por uma questão até de segurança da população e do local, porque a questão que aliás se reporta a própria, enfim, informação que acompanha esta proposta, assentava fundamentalmente na existência a ser cumprido o Plano, a existência de um corredor de dois metros por quarenta de comprimento, e com altura exactamente idêntica à dos dois prédios que ao contrário do que previa o Plano, não seriam contíguos, mas exactamente separados por essa parcela. -----

-----Recorde-me que na altura estava presente, penso que alguns dos presentes também

estariam, de ter exactamente sido colocado o dedo na ferida nessa questão, ou seja, estávamos confrontados perante uma realidade, que era de facto o prédio se ter encostado ao do lado, sendo construído em parcela do domínio público, ou então recuar o prédio, exactamente deixar o tal corredor de dois metros por quarenta, o que no local poderia realmente no futuro consubstanciar ali um problema de insegurança, toxicodependência, tudo aquilo que nós sabemos que significam zonas com estas dimensões. Oeiras não é propriamente Alfama, conseqüentemente houve alguma preocupação e muito bom senso, por parte desta Assembleia, ao aprovar esta alteração. - -----

----- Agora o que temos aqui é fundamentalmente, apenas a formalização digamos, o ponto final nesta questão, não me parece que de facto esta Assembleia, depois dos esclarecimentos que a Câmara certamente irá dar, não deixará de facto de aprovar esta proposta, aliás em relação às dúvidas que o Partido Socialista referiu, presumo que deixará de as ter quando a Senhora Presidente der as informações, aliás como os seus representantes junto da Câmara também as tiveram, por isso se abstiveram na aprovação desta proposta, que não lhes mereceu de facto oposição e podiam-no ter feito. Portanto, aqui é um problema de um facto consumado, é um facto que já veio a esta Assembleia, era uma questão de segurança, era uma questão no fundo, de alguma maneira pôr um ponto final numa questão que de outro modo, teria realmente outro impacto ao nível das populações. -----

----- Por outro lado também, há que dizer que também não será desprezível, a Câmara foi ali buscar mais quase quarenta mil euros, apesar de tudo. Por tudo isto entendemos que após as explicações da Câmara, os representantes desta Assembleia seguramente ficarão esclarecidos, o PSD pela sua parte já o estava, aliás por isso votou favoravelmente em dois mil e um essa proposta, e não deixará também agora de votar favoravelmente a mesma. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **Sr. João Viegas (PS)** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----O Senhor Deputado João Viegas disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado Senhora Presidente. Só pedi a palavra, porque de facto acho um escândalo a anterior intervenção do meu colega. Numa altura em que o Primeiro Ministro, tira todos os apoios e estruturas que havia para a toxicodependência, vir aqui invocar a toxicodependência para esta questão, parece-me no mínimo de uma desonestidade e de uma arrogância intelectual, no mínimo. -----

-----Há aqui outra questão que queria dizer: se nós não discutíssemos por diversas vezes, e as vezes que forem necessárias nesta Assembleia, o que já estava discutido, ainda vivíamos com a carta constitucional de mil oitocentos e vinte e um, que D. Pedro nos deixou. Portanto, esse argumento politicamente é completamente inválido, a sua ideia é: “como isto já foi discutido, isto é complicado, isto é incómodo, vamos passar uma esponja sobre o assunto”, aqui o que está em causa, ainda outra questão, é que neste momento o contexto político da gestão em Oeiras, o contexto político é diferente, a não ser que o Senhor Deputado não se tenha apercebido, e nós estamos neste momento, digo nós todos, nós políticos, porque para nós Partido Socialista, não foi nada elegante, esta forma como o Doutor Isaltino Morais se retirou da vida política, porque tínhamos o maior respeito por ele, é óbvio que a nós nos interessa discutir isto, interessamos ver o processo de embargo, porque andámos durante doze anos a contrariar este ritmo, este ritmo onde primeiro constrói-se, depois legaliza-se, primeiro faz-se, depois vê-se, depois dá estas situações. - -----

-----Muito obrigado.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** referiu o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado Reis Marques pedia-lhe o favor de ser breve, porque já vai longa com a discussão deste ponto, faça favor.” -----

-----**O Senhor Deputado Reis Marques (PS)** indagou o seguinte: -----

-----“Diga, diga Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** disse o seguinte: -----

----- “Faça o favor de fazer a sua intervenção.” -----

----- **Sr. Reis Marques (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Reis Marques fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pensava e ouvi dali o meu companheiro aqui da Assembleia Jorge Pracana, que este assunto não voltava aqui mais, porque de facto nós em dois mil e um, tentámos e com alguma influência da Assembleia Municipal, que votou por unanimidade, a resolução de um problema que aqui estava, não voltava aqui. Agora não entendo é porque é que volta cá outra vez, alguma coisa falhou, foi os serviços, foi alguma situação, isso é que não está aqui dito, o que foi aprovado foi a resolução desta situação na altura, se não teve encaminhamento, não vejo aqui justificação nenhuma para voltar esta situação à primeira fase, aí é que era bom que se explicasse, porque senão estamos sujeitos a virem aqui situações destas. -----

----- Como já aqui outras pessoas disseram anteriormente, isto começou em noventa e nove, dois mil e um, e agora volta outra vez, gostava de citar aqui um homem que passou comigo, e pela qual teve muita apreciação, quando passou nesta Bancada da Assembleia, da Bancada do PSD. Havia um homem, que infelizmente já não faz parte do rol dos vivos, que não gostava nada que eu e ele, usássemos a figura que usávamos na altura, era que os fiscais da Câmara eram vesgos, estrábicos, ou só viam aquilo que queriam ver, o problema disto foi também um pouco isto, é que não viram a situação que se estava a abranger, só quando as coisas nasceram é que no fim foi mais complicado. -----

----- Mas agora pedia um favor, à parte daquilo tudo que já foi aqui explicado, e dito, que a Senhora Presidente nos informasse, como é que nasceu a aberração que está ali em frente ao prédio, que até tem coberto a azulejos, que não fazia parte do projecto inicial do prédio, já agora que estamos em fase de esclarecimentos, que me explicasse como é que aparece ali naquele prédio, aqui ao lado, neste que é contínuo, uns dizem que é a Piscina, outros dizem que não é,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ainda não percebi se é a “capoeira dos pássaros”, mas é um problema que era bom que se explicasse. -----

-----Tenho dito.” -----

-----**Sr. Pinto Ferreira (CDU/Independente)** -----

-----O Senhor Deputado Pinto Ferreira disse o seguinte: -----

-----“Começaria a minha intervenção, estranhando a alusão feita pelo Senhor Deputado Pracana, em relação a que nós não estamos em Alfama, Alfama é um Bairro típico Lisboaeta, com a sua beleza intrínseca, não sei a confusão que ele fez para invocar Alfama, para o ponto que estamos agora a discutir. -----

-----Mas em relação ao ponto que estamos a discutir, não era obrigatório apesar do erro de implantação eu se verificou nas cartas, não era obrigatórios estes dois metros por quarenta, serem forçosamente construídos, há outro tipo de soluções arquitectónicas, que poderiam ser estudadas e que poderiam ser efectivamente assumidas neste caso. Termino, referindo apenas um exemplo da segunda Câmara maior do País, a Câmara Municipal do Porto, em que o Senhor Presidente da Câmara eleito pelo PSD, tem neste momento a possibilidade, ganhou em Tribunal a possibilidade de demolir todo um Centro Comercial que foi ilegalmente e indevidamente construído há cerca de oito anos. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----**Sr. Joaquim Cotas (CDU)** -----

-----O Senhor Deputado Joaquim Cotas fez a seguinte intervenção: -----

-----“Era apenas para dizer isto: na altura o Senhor Presidente da Câmara, disse aqui que ou a violação, isto quando foi aqui aprovado, ou “a violação era aprovada aqui, ou o prédio teria que ser demolido, o que seria uma violência e um desperdício”, palavras dele, estão na Acta. Um desperdício, porque é um prédio notável aqui mesmo encostado à Assembleia. -----

-----Na verdade como disse aqui o meu camarada de Bancada, por violação idêntica de

uma estrutura muito maior no Porto, vai ter que ser demolida por ordem do Tribunal, portanto, se de facto as coisas aqui em Oeiras, se tivessem processado também como enfim deveria ter sido, não poderia de maneira nenhuma ter sido rectificada a violação, porque de facto essa é que foi uma violação. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **Sr. Carlos Gaivoto (B.E.)** -----

----- O Senhor Deputado Carlos Gaivoto disse o seguinte: -----

----- “Boa tarde a todos. É a minha primeira intervenção nesta Sessão, de facto estou um bocado estupefacto com este tipo de situação que se processa, pelo menos às portas da Assembleia Municipal, que me dá razão, enfim, para aquilo que no início desta Assembleia Municipal propus, há aqui um conjunto de práticas administrativas e de gestão política, que escapa até aos membros da Assembleia Municipal. Esta forma de se fazer política, e até de gestão do território, parece que é uma prática errada, é uma prática que tem consequências negativas, como todos nós sabemos, porque depois ninguém controla nada, quer dizer, propõem-se pelos vistos áreas de utilização com determinados índices de ocupação, depois como disse já aqui um Deputado Municipal, ou por erros de fiscalização, ou por erros de omissão, o que é certo é que estas coisas acontecem. Parece-me que isto tem que ser assumido e tem que ser auto-questionado pela própria Assembleia Municipal; ela própria deve-se auto-questionar, se é esta a nossa envolvência política que pretendem de nós, enquanto digamos decisores, porque aqui também deliberamos, de alguma forma, o futuro que deixamos para os nossos descendentes. Eu penso que ninguém está interessado em que o uso do território seja feito desta maneira, ninguém está interessado que depois se venham queixar que a mobilidade, a ocupação do território, impactos negativos que isto tem, tenham estas incidências negativas. Elas nascem, precisamente, daqui, da forma como nós fazemos a gestão. E, portanto, eu estou, de facto, estupefacto como é que este tipo de situações podem surgir, porque de certeza que não terá sido por ineficiência ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ineficácia dos serviços da própria Câmara, assim como, de certeza, também não foi por ineficácia ou ineficiência das Vereações anteriores. Portanto, se esta função que nós temos aqui é, de facto uma função também de alguma forma pedagógica, então que assumamo-la e faço mesmo um apelo também para os Deputados do Grupo Municipal do PSD para que em consciência votem as coisas que têm que ser reprovadas. Portanto, este é claramente um caso que não pode ser com a coadjuvência da própria Assembleia Municipal.” -----

-----**Sr. Jorge Pracana (PSD)** -----

-----O Senhor Deputado Jorge Pracana fez a seguinte intervenção: -----

-----“Eu estive quase para não intervir mas devido ao facto de uma intervenção do Senhor Deputado do Partido Socialista, cujo nome eu não conheço, ainda não tenho o prazer de o conhecer, como ele a mim também não me conhece. E, por isso, ao acusar-me de desonestidade intelectual eu apenas posso levar isso um pouco à força de um certo exagero dialéctico, mas não posso realmente deixar cair em vão essa expressão. Efectivamente, foi exactamente por essa razão, por não nos conhecermos, eu não lhe posso admitir nem aceitar uma situação dessas, aliás, se dúvidas o Senhor Deputado tinha, foram esclarecidas pelo Senhor Deputado Reis Marques de uma forma clara, manifestou a posição desta Assembleia, e, portanto, também da Bancada do Partido Socialista, que o Senhor Deputado faz parte, e que, de facto, votou favoravelmente essa proposta. Portanto, não há aqui desonestidade intelectual e se da parte do Senhor Deputado a essa afirmação eu poderei dizer que quanto muito haverá é desinformação intelectual na parte do Grupo ao não dar ao Senhor Deputado as informações bastantes relativamente ao que anteriormente se passou. E eu quero acreditar aqui nesta Assembleia que apesar de terem mudado alguns dos homens, não mudaram, certamente, as vontades no que respeita a esta matéria, não faz de facto sentido, como diz o Senhor Deputado Reis Marque e muito bem, que esperava-se até que este assunto nem tivesse necessidade de voltar aqui, que agora a Assembleia, no caso concreto do Partido Socialista, venha a tomar uma posição diferente daquela que há um

ano tomou, exactamente na mesma matéria.-----

----- Em relação ao Senhor Deputado Pinto Ferreira, um breve esclarecimento apenas para dizer: Eu não tenho nada em relação a Alfama, bem pelo contrário. O que eu quis dizer com isso é que se em Alfama estivéssemos a discutir uma Alameda com quinze metros de largura ou mais, certamente o comentário seria o mesmo. É um problema, apenas de desajustamento do local no sítio onde ele se encontra, é apenas esse o sentido da minha afirmação.-----

----- Por tudo isto eu entendo, de facto, que haverá que dar a palavra à Câmara, que certamente irá esclarecer, como já anteriormente esclareceu todo este assunto, por forma a que em consciência nós votemos este dossier. Muito obrigado.”-----

----- **Sr.^a Presidente em Exercício** -----

----- A Senhora Presidente, em Exercício, disse o seguinte: -----

----- “Será dada com certeza. -----

----- Senhor Deputado João Viegas não vamos aqui entrar em diálogos. O Senhor já teve neste ponto duas intervenções, se quiser esclarecer alguma coisa com o Senhor Deputado Jorge Pracana, ... só mesmo dez segundos.”-----

----- **O Senhor Deputado João Viegas (PS)** referiu o seguinte: -----

----- “É dez segundos. É só para dizer que a minha crítica foi ao Primeiro Ministro e não ao Senhor Deputado.”-----

----- **C.M.O.** -----

----- **Sr.^a Presidente da C.M.O.** -----

----- A Senhora Presidente da C.M.O. deu os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Alguns esclarecimentos que aqui foram pedidos eu não tenho aqui informação sobre eles, porque não são recentes e não constam aqui do processo, como, aliás, não tinham que constar, deste processo, constam certamente do processo em si, e, portanto, não os tenho aqui para poder esclarecer, quando foi feito o embargo, o que é que foi aplicado, quais as sanções,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

etc., bem a sanção só por si foi um embargo. -----

-----De qualquer forma o que eu gostaria aqui de colocar é que esta questão vem aqui, aliás pôs-se, de facto, em dúvida até se ela deveria vir à Assembleia, porque a Assembleia já tinha discutido este assunto, mas para que não restassem dúvidas e como havia aqui uma desafecção de oitenta metros quadrados, que posso dizer que apenas um terço é que se destina à construção de habitação porque todo o resto não é, portanto não houve aqui aumento, só um terço dessa faixa, aliás é só verem aqui, estamos a falar do prédio cor-de-rosa que está ali à esquina. E, portanto, dizer que face à dúvida que se colocou, que se achou por bem vir aqui para que o processo ficasse regularizado, porque se trata apenas de uma regularização que está prevista em Plano de Pormenor do Moinho das Antas, que foi sujeita a uma alteração, como todos sabem e aqui já foi referida. Portanto, aqui e neste momento trata-se apenas de regularizar uma coisa que já tinha sido aprovada e, portanto, desafecção do domínio público dos oitenta metros, que era o tal corredor que aqui já foi referido, e, de facto, independentemente da situação em si, que existiu e que implantaram, digamos assim, de acordo com o histórico do processo por deficiência das peças gráficas, houve uma implantação que realmente, permitam-me a expressão, comeu um pouco demais ao domínio público, os tais oitenta metros e tratava-se, na altura, de regularizar essa situação em termos de Plano de Pormenor do Moinho das Antas, isso foi considerado, isso foi discutido, como aqui já foi referido pelos Senhores Deputados que tiveram a oportunidade de o discutir e, portanto, neste momento trata-se apenas e só de regularizar a desafecção que demorou algum tempo, não me perguntem neste momento exactamente porquê, porque eu não sei, demorou algum tempo, isto foi detectado esta situação de não desafecção, quis-se regularizar o processo. Portanto, este assunto teve discussão no momento próprio e neste momento apenas se trata de regularizar uma coisa já discutida e aprovada em termos de alteração e em sede de alteração de Plano de Pormenor. Portanto, não se queira aqui utilizar este processo para tirar conclusões ou tentarem enveredar para outros caminhos. Confesso que não enveredo,

não é aqui e comigo o sítio próprio. -----

----- Relativamente ao outro processo que aqui foi referido, ao outro aspecto que aqui foi referido e que tem a ver com uma situação que eu, pessoalmente, acho um mamarracho e não tenho problemas nenhuns, eu estava na altura aqui, aliás lembro-me perfeitamente daquela situação e da minha opinião sobre o prédio cor-de-rosa, que devo dizer que até acho um prédio com bastante qualidade, já não acho com qualidade aquela coisa azul que lhe puseram à frente, eu digo “coisa” porque não gosto, uns azulejos azuis, uma coisa, quanto a mim é um mamarracho, mas isso sou eu, sou eu pessoalmente que acho um mamarracho. De qualquer das maneiras, e só quis confirmar e está confirmada, não foi feita qualquer vistoria final neste momento, mas o que é um facto é que está de acordo com o projecto que está aprovado e que foi submetido à Câmara, aliás consta da planta onde está aquela tira também verde que está ali.-----

----- Relativamente ao facto da Presidente estar sózinha ou não, a Presidente não está sózinha, aliás nunca está sózinha devo dizer nem se incomoda se algum dia estiver sózinha, isso quando pensa uma coisa e acha que está certa, pode estar sózinha à vontade que não me incomoda minimamente por isso. De qualquer forma isto trata-se, como disse há pouco, apenas e só de regularização, uma ponta final de uma regularização de uma situação que tinha sido discutida anteriormente e sancionada anteriormente pela aprovação da alteração ao Plano de Pormenor do Moinho das Antas. Portanto, Senhora Presidente, não há mais a dizer neste momento. Relativamente às questões que podem ficar aqui em aberto em termos de quanto tempo é que demorou o embargo, não tenho aqui o processo, não posso esclarecer, poderei esclarecer posteriormente, neste momento não tenho aqui. Muito obrigada Senhora Presidente.”-

----- **Sr. Luís Sousa (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Luís Sousa disse o seguinte:-----

----- “Para fazer uma proposta à Assembleia. -----

----- Tendo em consideração que a Senhora Presidente da Câmara disse que não está em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

condições de satisfazer todas as perguntas que foram feitas pelas Bancadas e de ficarmos esclarecidos. Proponho que este ponto seja adiado para nos fazerem chegar todos esses documentos, para nós ficarmos esclarecidos sobre esta situação.”-----

-----A **Senhora Presidente, em Exercício**, respondeu o seguinte:-----

-----“Penso que a Senhora Presidente da Câmara referiu-se que não tinha elementos para prestar esclarecimentos sobre outra situação e não esta.”-----

-----O **Senhor Deputado Luís Sousa (PS)** disse o seguinte:-----

-----“Sobre esta.”-----

-----A **Senhora Presidente, em Exercício**, respondeu:-----

-----“Não, não foi sobre esta. Foi sobre outra questão que foi levantada, salvo erro, pelo Senhor Deputado Reis Marques.”-----

-----O **Senhor Deputado Luís Sousa (PS)** referiu o seguinte:-----

-----“Não Senhora Presidente. Foi sobre o embargo, o dia do embargo, a data do embargo.”-----

-----A **Senhora Presidente, em Exercício**, disse o seguinte:-----

-----“Não vamos entrar aqui em diálogo. A Senhora Presidente da Câmara, com certeza, esclarecerá. Faz favor.”-----

-----**C.M.O.**-----

-----**Sr.^a Presidente da C.M.O.**-----

-----A Sr.^a Presidente da C.M.O. disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

-----De facto é assim: O que está aqui em causa não precisa de maneira nenhuma, para ser decidido, quanto tempo é que esteve embargado, que sanções houve, o embargo só por si é uma sanção, como é que é, como é que não é, não tem rigorosamente nada a ver, isto tem a ver é que se quiserem protelar a situação, isso já são outros meios para decidir uma coisa que já foi

decidida anteriormente, eu não sei qual é o problema, confesso que noutras situações eu perceberia, nesta não, porque é uma situação discutida, aprovada anteriormente, e, que chegou a uma ponta final de regularização disto, portanto, estamos a ser, senão o fizermos neste momento há aqui qualquer coisa que se passa que eu, de facto, não entendo. Mas os esclarecimentos que foram pedidos podem ser perfeitamente dados indo ver ao processo, até podem consultar o processo se os Senhores Deputados quiserem, mas eu poderei dar-vos com todo o prazer a resposta a estas questões, se foi só a unidade “B”, eu acho que sim, mas para que não restem dúvidas, eu acho que só foi a unidade “B”, o tempo do embargo, não sei quanto tempo é que esteve embargado mas também não interessava, obviamente, não é isso que vai fazer decidir a votação, até porque a votação, a votação como aqui foi referida e a exemplo do que foi tomado na Câmara, será certamente pela abstenção ou por outro tipo de votação. Portanto, não faz sentido, neste momento, estarmos a atrasar.”-----

----- O **Senhor Deputado Luís Sousa (PS)** interrompeu e disse o seguinte: -----

----- “Queria fazer uma reclamação. A Senhora Presidente da Câmara disse que a Bancada do PS tomaria as posições que tomou na Câmara. Portanto, não vejo como é que a Senhora Presidente da Câmara toma esta atitude e influencia a tomada de posição desta Bancada. Não posso aceitar. É uma reclamação, Senhora Presidente, até porque a Senhora Presidente da Câmara é convidada desta Assembleia.” -----

----- A **Senhora Presidente, em Exercício**, disse o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado vamos ficar por aqui, vamos colocar à votação o ponto oito da Ordem de Trabalhos.” -----

4.4.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente, em Exercício, pôs à votação esta Proposta a qual foi aprovada por maioria com vinte e três votos a favor, sendo vinte e dois do PSD (Elísio Veiga, Custódio Paiva, Luís Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, António Joaquim Moreira, Rui de Freitas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Salvador Costeira, Elisabete Oliveira, Luiz Cardoso Menezes, Jorge Pracana, Jorge Roque da Cunha, Alexandre Luz, António Viana Basto, Arlindo Barradas, Madalena Castro, Levy Nunes Gomes, Fernando Caldeira Martins, Alexandra Fraga, Ângela Brito Leite, Rogério Simões Carneiro, José Jorge Pereira e Pedro Afonso de Paulo) e um do CDS/PP (Paulo Miranda) e treze votos contra sendo oito do PS (Luís Sousa, Vidal Antão, Marcos Sá Rodrigues, Luísa Diego Lisboa, Pedro Melo e Sá, Joaquim dos Reis Marques, Carlos Alberto Reis, João Viegas e António Lopes Cabral), quatro da CDU (Carlos Coutinho, Joaquim Cotas, José Pinto Ferreira e Ermelinda Oliveira) e um do BE (Carlos Sousa Gaivotto), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente acta, dela fazendo parte integrante. -----

-----Esta Deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 28/2003** -----

PROPOSTA C.M.O. N.º 772/2003 – DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE UMA PARCELA DE TERRENO COM 80 M2, NO MOINHO DAS ANTAS, COM VISTA À SUA ALIENAÇÃO A FERNANDO RODRIGUES GALVEIAS. -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número setecentos e setenta e dois barra zero três, a que se refere a deliberação número vinte e quatro da reunião da Câmara Municipal, realizada em onze do mês de Junho último e deliberou por maioria, com vinte e três votos a favor, sendo vinte e dois do Partido Social Democrata e um do Centro Democrático Social, Partido Popular e catorze votos contra, sendo nove do Partido Socialista, quatro da Coligação Democrática Unitária e um do Bloco de Esquerda, aprovar a desafecção do domínio público municipal e integração no domínio privado de uma parcela de terreno com oitenta metros quadrados, situada no lugar do Moinho das Antas, Freguesia de Oeiras, que confronta a Norte e Nascente com alvará noventa e quatro, de setenta e três, a Sul com Fernando Rodrigues Galveias e a Poente com a Avenida Francisco Sá Carneiro, com vista à venda a Fernando Rodrigues Galveias pelo preço de trinta e nove mil, seiscentos e cinquenta e

oito euros e quarenta e dois cêntimos, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta. -----

----- (Assina esta Deliberação a Primeira Secretária da Assembleia Municipal). -----

4.4.1.1. Sr. Luís Sousa (PS) – Declaração de Voto -----

----- O Senhor Deputado Luís Sousa fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “A Bancada do PS vota contra esta proposta porque pensa, primeiro: -----

----- Não está suficientemente esclarecida sobre a situação. -----

----- Segundo: Acha, de facto, que isto está extremamente mal contado, pensamos que este é assunto claramente de Tribunal, pensamos muito claramente que este promotor imobiliário é um Senhor que tem usado várias vezes este tipo de situações e que a Câmara não tem tido a coragem de tomar medidas nesse sentido. Por essa razão e porque achamos que não temos condições para podermos tomar outra posição, votamos contra, porque não podemos alimentar este tipo de situações.”-----

4.4.1.2. Sr. Joaquim Cotas (CDU) – Declaração de Voto -----

----- O Senhor Deputado Joaquim Cotas fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “A CDU votou contra esta proposta pelas razões evocadas na nossa intervenção e também pelo facto de considerar que os trinta e nove mil seiscentos e cinquenta euros que a Câmara vai receber por aquele terreno é, de facto, um bom negócio para o urbanizador e um mau negócio para o Município.” -----

4.4.1.3. Sr. Jorge Pracana (PSD) – Declaração de Voto -----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “O PSD votou favoravelmente, tendo em conta que esta proposta nalgumas das suas componentes essenciais tinha já vindo a esta Assembleia, onde foi aprovada em treze de Março de dois mil e um, o que a presente votação é apenas o corolário lógico e a consequência formal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

para a regularização final deste processo. Muito obrigado.”-----

-----**INTERVALO**-----

-----A Senhora Presidente, em Exercício, interrompeu os Trabalhos para um intervalo de cinco minutos.-----

4.5. Apreciação da PROPOSTA C.M.O. N.º 823/03 relativa ao Relatório e Contas do Exercício de 2002 da Parques Tejo – Parqueamento de Oeiras, E.M. – Ofício N.º 30128 – 03.06.18 -------

-----**Apreciado**-----

-----**Sr. Joaquim Cotas (CDU)**-----

-----O Senhor Deputado Joaquim Cotas fez a seguinte intervenção:-----

-----“Depois de analisar o Relatório e Contas de Exercício de dois mil e dois, ficou em nós reforçada a ideia que esta Empresa Municipal não terá grande futuro, de facto, que futuro poderá ter uma Empresa com doze trabalhadores e treze Administradores, gastem em salários cerca de quarenta e cinco por cento do total da receita anual. Que futuro poderá ter uma Empresa Municipal, que tem contra si a esmagadora maioria da população do concelho de Oeiras?-----

-----Sabendo-se que em democracia não é possível governar contra a vontade do povo...
(Mudança de Cassete) ... que não tem tido a capacidade de resolver problemas tão simples, como seja, emitir a tempo e horas os discos de residentes pedidos pelos Municípes e estando nesta altura com um atraso de cerca de seis meses. Que futuro poderá ter uma empresa municipal que não tem apresentado propostas inovadoras, tendentes a resolver o sério problema do parqueamento de viaturas no Concelho de Oeiras, sabendo-se que o problema não se resolve com o taxamento, com parquímetros à superfície?-----

-----Que futuro poderá ter uma empresa municipal, que aponta ou tem apontado todas as suas baterias, gastando todas as suas energias ou quase todas no bloqueamento e reboque de viaturas, sabendo que é a própria empresa a principal responsável pela maioria das

irregularidades cometidas ou detectadas e que são exactamente provocadas pelo atraso da emissão dos dístico de residente? Ou será que a Parques Tejo descobriu agora com os bloqueamentos, com aqueles aparelhos, a forma de equilibrar as contas com as receitas obtidas através dos bloqueamentos e reboques? Será que a receita, desta componente bloqueamentos e reboques, já ultrapassa a receita dos parquímetros? -----

----- E os interesses e os direitos dos moradores da população do Concelho de Oeiras de que lado ficam? -----

----- Ou, de facto, é nossa opinião, ou a empresa municipal Parques Tejo altera a sua filosofia de gestão, corrigindo os seus objectivos estratégicos ou o seu futuro não será longo. É uma evidência que uma empresa municipal é criada para servir os Municípes, para prestar um serviço à população do Município de Oeiras, não é para trabalhar contra os interesse e os direitos da população do Concelho. -----

----- Apenas um exemplo muito rápido: há dias em Algés, uma família bastante atrapalhada com um doente que estava em estado grave, chama o médico ao domicilio, o médico estacionou o seu carro o mais próximo que pode da casa do doente e, claro que não se esteve a preocupar em tirar o talão, e, vai para casa do doente rapidamente para o observar, quando chega cá abaixo estava o carro bloqueado e ele esteve duas horas encostado à viatura à espera que a desbloqueassem, resultado já não viu mais doentes nessa tarde. Um belo serviço ao serviço da saúde prestado pela Parques Tejo. -----

----- Para terminar gostaria de dizer o seguinte: -----

----- A CDU vai continuar a estar muito atenta à evolução desta empresa municipal. Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

----- **Sr. Luís Sousa (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Luís Sousa fez a seguinte intervenção:-----

----- “Começo a minha intervenção dirigindo-me à Bancada do PSD e em específico ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Senhor Deputado Caldeira Martins, de facto quando não escreve os ditados tem algumas dificuldades em dizer coisas como deve ser e as redacções, economicamente e financeiramente tem algumas lacunas. E, como não gosto de dizer as coisas só por dizer e entrar em diálogo por eu próprio estar a dizer as coisas, lembro-lhe que a Parques Tejo, que é uma empresa municipal tal como a Oeiras Viva, na sua certificação legal de contas, no ponto sete, ponto dois e nas ênfases levantadas, diz assim:-----

-----“De acordo com as demonstrações financeiras apresentadas pela administração da empresa, reportadas a trinta e um de Dezembro, verifica-se a perda de noventa e oito por cento do capital social. Enquadra-se esta situação no artigo trinta e cinco do código das sociedades comerciais...”, ao contrário do que dizia o Senhor Deputado Caldeira Martins, de facto não se enquadrava, “... devem ser tomadas pelo Conselho de Administração ou pelo o accionista da empresa as medidas previstas naquele diploma...”, de facto, e como dizia, também, um elemento da Bancada do PSD, trata-se de uma pessoa das Finanças, eu andava preocupado com as finanças nacionais mas com coisas dessas ainda mais preocupado fico, obviamente. -----

-----Em relação a este Relatório e Contas da Parques Tejo, vem no seguimento também do que eu disse um pouco sobre a Oeiras Viva. De facto, no princípio das empresas municipais algo está mal, porque estas empresas municipais, das duas que já vimos aqui hoje, inclusivé esta, continuam a dar prejuízos e continuam a não fazer aquilo que se pretende. E esta é uma empresa com mais anos e que não se vê luz ao fundo do túnel, pelo menos pelos números que nos têm sido apresentados até hoje. A empresa que está com noventa e oito por cento do capital comido, portanto, o accionista maioritário terá que tomar novamente medidas também de reforço do seu capital, conforme é dito pelo tal famoso artigo trinta e cinco, que segundo alguém não diz respeito a esta empresa. Mas, existem questões para mim muito pertinentes em relação ao ano dois mil e dois. -----

-----Primeira: O Conselho de Administração composto por três elementos, antes desta

situação gostava de vos dizer que a Parques Tejo facturou quinhentos mil euros no ano dois mil e dois, porquê a passagem no ano dois mil e dois para dois administradores executivos? O índice de remunerações da administração de três elementos foi de cem mil euros no ano dois mil e dois, um quinto das vendas da empresa e decisões estratégicas para resolver o assunto da Parques Tejo, zero, não entendemos o porquê destes dois administradores executivos, sinceramente não entendo. Não queria ir mais longe, não quero ir mais longe, porque acredito que a Senhora Presidente tem uma resposta cabal para esta situação. -----

----- Gostava, também, de dizer que penso que esta empresa não está a investir ou não investiu nos anos anteriores no que é essencial, na fiscalização, não foi investido na fiscalização, que é essencial para esta empresa, para ter resultados e para poder ter receitas e curioso das curiosidades os DFS destas empresas apresentam valores substancialmente grandes em vigilância, pressuponho que seja PSP, outsourcing, qualquer coisa que seja, não sei. Alguma explicação sobre isto. Mas, melhor do que ninguém, e dou os meus parabéns ao ROC, é esta a função dele, na sua certificação legal de contas, diz o seguinte, no ponto sete, três, o ponto sete, dois já vos li, para elucidar algumas pessoas que tinham menos conhecimento destas áreas fiscais e económicas, no ponto sete, três: -----

----- “Nas dívidas a fornecedores e credores de imobilizado que atinjam o montante de quinhentos e cinquenta e um milhões de euros, inclui-se trezentos e quarenta e nove milhões de euros ao accionista Câmara Municipal de Oeiras referentes a parquímetros transferidos em mil novecentos e noventa e nove para o Activo da empresa.” Esta dívida como é que está? -----

----- Com algum espanto meu vejo no ponto sete, ponto seis, quando existem dois administradores executivos desta empresa, que não foram registadas as contas de noventa e nove a dois mil ainda até esta altura e a redenominação do capital foi euros, meus senhores o que é que lá andam a fazer os administradores! Nada, nem isto fazem! Nem tomam estas medidas, evitavam de ter estas ênfases, obviamente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Esta empresa, de facto, penso que poderá ir no bom caminho, pelo que temos conhecimento do ano dois mil e três as medidas foram tomadas e estão a ser tomadas e vêem-se algumas medidas que têm sido tomadas levam, talvez, à viabilização desta empresa, o que nos deixa satisfeitos. Agora, a administração, os actos de gestão tomados em dois mil e dois são claramente ruinosos. Isto é para mim preocupante. -----

-----Também é curioso que esta Câmara prometeu dez mil lugares na sua campanha eleitoral para estas autárquicas, e é curioso que eu vejo no Relatório da Parques Tejo que durante o ano de dois mil e dois baixou o número de lugares parqueados, algo de estranho. Essa promessa da Câmara Municipal de Oeiras, se calhar, alguém se enganou num sinal, mas era menos dez mil em vez de mais dez mil, possivelmente. Isto é para mim algo problemático, esta é uma empresa em que claramente tem que haver, tal como a Senhora Presidente dizia há bocadinho, se tiver que extinguir algumas empresas municipais o fará, mas eu, pessoalmente, pelo que conheço do ano dois mil e três e pela gestão do ano dois mil e três, não me refiro ano de dois mil e dois, penso que tomou as medidas acertadas, Senhora Presidente. E penso que para o ano podemos estar aqui a falar de outra maneira, mas isto que fique bem claro que o ano de dois mil e dois foi caótico, não foram tomadas medidas nenhuma, serviu unicamente para dar lugares a algumas pessoas, andou uma empresa quase próximo de estar moribunda.” -----

-----**Sr. Elísio Veiga (J.F. Algés)** -----

-----O Senhor Deputado Elísio Veiga fez a seguinte intervenção: -----

-----“Em primeiro lugar queria dizer que não me custa nada aceitar o défice desta empresa municipal, naturalmente porque entendo que houve investimentos que tiveram que ser feitos, principalmente em relação a parquímetros, modernizações, etc., como também existe uma certa componente social nesta empresa. Nós não nos podemos esquecer que ela se tivesse equilíbrio financeiro seria melhor, é evidente que se compreende perfeitamente as razões porque surge este défice. -----

----- Em segundo lugar, quanto a ainda agora uma opinião do Senhor Deputado ao sentido de que os lugares prometidos pela Câmara Municipal nas últimas eleições e quanto ao número de lugares que baixou de lugares de estacionamento, não nos podemos esquecer das circunstâncias em que a Câmara Municipal se encontra em termos económicos. É evidente que o país todo se encontra numa situação difícil, naturalmente que os Senhores Deputados do Partido Socialista saberão melhor do que ninguém porque é que o país se encontra nesta situação, a memória dos homens não é curta, naturalmente que já se esqueceram dos barcos da marinha que voltavam para trás sem gasóleo, já se esqueceram dos empréstimos que foi necessário pedir à Caixa Geral de Depósitos para se pagar os ordenados dos militares e já se esqueceram das cinquenta medidas que o Senhor Pina Moura queria aplicar para reduzir o défice, que afinal era tudo muito bom mas isso são contas de outro rosário. -----

----- Em relação aos aspectos que eu queria focar, queria dizer ao Senhor Vereador Luís Pires o seguinte: -----

----- Em primeiro lugar de que as pessoas estão descontentes, como sabe Algés representa uma receita substancial da Parques Tejo, senão pelo menos quase cinquenta por cento, mas na última Assembleia de Freguesia a Administração da Parques Tejo levou forte e feio, principalmente dos Deputados do Partido Socialista, relativamente ao seu “modus operandi” na Freguesia de Algés relativamente ao que concerne às multas, aos bloqueamentos de viaturas e à criação de novas zonas de parquímetros, portanto é só para lhe dar conhecimento desta situação.

----- Mas, a minha intervenção tem como dois pontos fundamentais, um que diz respeito a um aspecto de que eu não gostei e queria chamar a atenção do Senhor Vereador Luís Pires sobre isso, porque como sabe a aprovação da taxa de seis euros só se efectivou no dia oito de Janeiro de dois mil e três, só nessa altura é que foi aprovada essa taxa. E, portanto, fomos informados por uma Senhora, Ana Vilar, que pertence à Parques Tejo de que deveríamos enviar os dísticos mas não cobrar qualquer preço porque a taxa ainda não estava aprovada, temos aqui dois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

pedidos, um de cinco de Dezembro, outro de dezasseis de Dezembro, etc., e mais, que qualquer deles é anterior à aprovação da taxa, e, portanto, as pessoas em causa pagariam a taxa posteriormente. Aconteceu que essas pessoas esperaram, foram multadas e a Parques Tejo enviou-lhes um ofício assinado pelo Senhor Vereador em que diz, a dada altura: “Lamentamos que não tenha sido informado quando procedeu à entrega de documentos com vista à obtenção do dístico de residente na Junta de Freguesia”. Portanto, isto é para dizer que a Junta de Freguesia não podia estar a cobrar uma taxa que ainda nem sequer tinha sido aprovada e é pena que se tenha dado esta informação às pessoas em causa.-----

-----Um terceiro aspecto que eu queria dizer, eu já tinha conversado sobre isso com o Senhor Vereador Luís Pires, pessoa que conheço há muitos anos, desde miúdo, e tinha-me dito ele que eu não tivesse qualquer dúvida que a Parques Tejo iria multar tudo e todos, eu pensei que estava na brincadeira mas afinal não estava, porque o que se passa é que me lembro do meu tempo de miúdo, havia um detergente qualquer que já não lembro da marca, que a gente ao tirar três tampas e aquilo até dizia “três tampas um alguidar”, agora a gente ali na Junta passa mil e quinhentos dísticos, cada cem dísticos é uma multa para a Junta, tanto faz que o carro seja do Presidente da Junta, esteja em serviço, que seja a própria viatura das obras, etc., com escrito lá que pertence à Junta e as viaturas são todas autuadas. Ora a Junta que passou mil e quinhentos dísticos à Parques Tejo e que não tem qualquer benefício com isto, não temos qualquer benefício em passar os dísticos à Parques Tejo, consta que num passado recente houve esses benefícios para alguém dentro da Junta de Freguesia mas eu, também, não posso estar a falar daquilo que não sei e daquilo que desconheço, portanto, a Junta não tem qualquer benefício com o serviço que presta e penso que se deveria ter um pouco de atenção para com as viaturas da Junta de Freguesia, no sentido de não serem multadas. Muito obrigada, Senhora Presidente.”-----

-----**Sr. Pinto Ferreira (CDU/Independente)**-----

-----O Senhor Deputado Pinto Ferreira fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, é uma situação que foge um pouco à apreciação deste Relatório mas que tive conhecimento dela à relativamente pouco tempo e que aproveito esta ocasião para falar nela. -----

----- Um prédio que está no limite do Concelho Oeiras/Lisboa, cujo o seu estacionamento, o prédio pertence a Lisboa, o estacionamento pertence a Oeiras, os moradores desse prédio estão constantemente a ser autuados. Como é que se pode ultrapassar situações idênticas a esta em termos futuros?” -----

----- **Sr. Paulo Miranda (CDS/PP)** -----

----- O Senhor Deputado Paulo Miranda fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, pela leitura do Relatório e Contas do exercício de dois mil e dois, lê-se a dado passo que a Parques Tejo pretendia centrar a sua actividade na abertura de concursos públicos de concepção, construção de parques de estacionamento em regime de avença, não podemos deixar de registar aqui o que se passou com o parque de estacionamento que estava previsto, circunscrito, no Largo Comandante Augusto Madureira, foi um dos revezes, realmente, na gestão do ano passado que foi aqui dissecada e a decisão foi tomada aqui na Assembleia, portanto, disso não se pode sacar qualquer responsabilidade à Parques Tejo. -----

----- No que se refere a investimentos não há dúvidas nenhuma que houve uma contenção de custos e investimentos, verifica-se pela análise dos números. Mas, verifica-se também que houve a necessidade da substituição de parquímetros que já estavam obsoletos, isso é uma das coisas que, infelizmente, tornava-se necessário. A nosso ver, pode-se considerar globalmente de aceitar a gestão levada a cabo pela Administração da Parques Tejo, e, portanto, verifica-se no que se refere aos resultados líquidos de exercício, eles apresentam um saldo negativo de cerca de duzentos mil euros, reflexo dos resultados operacionais e extraordinários negativos. -----

----- No que se refere a proveitos verifica-se uma melhoria em relação ao ano de dois mil



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

e um em cerca de treze vírgula ponto cinco, conseguidos eventualmente ou melhor certamente por uma mais eficaz vigilância, e por essa via o pagamento das devidas taxas de estacionamento.--

-----Regista-se, também, que em relação ao custo do exercício, verifica-se um agravamento de cerca de onze vírgula trinta e dois por cento em relação ao ano transacto. Fala-se aqui, já se falou há bocado que se verifica um acréscimo no custo com pessoal, eventualmente com alteração da Administração. -----

-----Eu gostava de pedir um esclarecimento que se refere, exactamente, com o contencioso por dívidas reclamadas pela TRACE VIA, eu gostaria de ser esclarecido como é que está esta situação da TRACE VIA.”-----

-----**Dona Elisabete Oliveira (PSD)** -----

-----A Senhora Deputada Elisabete Oliveira fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado Senhora Presidente.-----

-----Já foram feitas aqui algumas análises sobre o Relatório e contas desta empresa Parques Tejo, e, eu não posso deixar de considerar preocupante que os relatórios de duas empresas municipais, que nos são apresentadas, qualquer deles tenha um exercício negativo.-----

-----Sobre a Parques Tejo, eu queria fazer aqui algumas considerações propriamente sobre o seu exercício. Sou totalmente favorável à criação dos parcómetros e que, realmente, esta empresa exista, mas a imagem que esta empresa tem na opinião pública do Concelho é má. É má e isso, como empresa municipal que é, é preocupante. Eu já assisti a alguns casos e vou-lhe relatar para que o Senhor possa avaliar, porque a imagem que existe é que os fiscais limitam-se a ver se na realidade a pessoa pagou ou não pagou e se ultrapassou ou não um pouco o tempo que está previsto, mas quando se paga um serviço pretende-se que esse serviço seja bom e o que acontece, e verifiquei por exemplo na praia da Torre, é que se paga para estacionar o carro e depois há alguém que estaciona a trás, perpendicularmente ao nosso carro e não podemos sair, e quando por acaso se encontra o funcionário da Parques Tejo, o comentário que ele faz é que está

ali só para verificar os carros que estão no estacionamento onde são pagos parcometros, de resto não tem nada com isso. Ora isto, como deve calcular, cria imensas complicações, muitas queixas e acontece com frequência. Não é bem assim, parece-me a mim, porque se a pessoa pagou para estacionar o seu carro, certamente que tem direito a sair quando entender, e, portanto, tem de haver um cuidado de que não haja quem pare precisamente a trás e não pode de maneira nenhuma o funcionário da Parques Tejo vir com esta explicação.-----

----- Dir-lhe-ei que assisti por duas vezes incrédula ao sucedido, há terceira passou-se comigo e então posso, realmente, dizer-lhe em verdade que tendo pago o meu estacionamento fiquei duas horas à espera de poder tirar o meu carro porque tinha um a trás e o funcionário da Parques Tejo dizia que nada tinha com isso. Isto não é uma situação correcta. -----

----- Há que ponderar como funciona, se são necessários mais funcionários para velar pelos parcometros ou não, e onde ir buscar as verbas para lhes pagar, se será necessário, realmente, haver uma administração com três pessoas e depois no terreno as coisas não funcionarem como deviam, porque daí, desse funcionamento do terreno é que vem as verbas para a manutenção da empresa. Eu penso que, quem está à frente de empresas como estas que são empresas municipais deve ter o maior cuidado e custa-me bastante a aceitar que se apresente resultados negativos nestas situações. Muito obrigada.”-----

----- **Sr. Luís Sousa (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Luís Sousa disse o seguinte:-----

----- “Era só uma pergunta à Senhora Presidente, há pouco esqueci-me. Gostava que a Senhora Presidente nos dissesse aqui quando é que o Presidente actual da Parques Tejo entrou em funções.”-----

----- **Sr. Carlos Gaivoto (BE)** -----

----- O Senhor Deputado Carlos Gaivoto fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde. Relativamente à questão do estacionamento e ao Relatório apresentado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

pela Parques Tejo, eu estranho que dentro deste Plano de Actividades, pelo menos, não haja aqui objectivos explícitos. Um dos instrumentos importantes, até porque daquilo que já discutimos na Comissão de Mobilidade e Revisão do PDM é interessante rever e discutir a questão do estacionamento no nosso Concelho. É evidente que isto não está dissociado daquilo que pode ser no futuro um Plano de Mobilidade, aliás deve ser, deve ser integrado e talvez por aí se possa conseguir esclarecer e até quantificar alguns objectivos que o próprio Plano de Ordenamento de Estacionamento pode ter no Concelho. Uma das articulações que, com certeza, nós queremos ter a partir deste plano de estacionamento é poder obter receitas que também ajudem o transporte público. Portanto, eu não vejo estacionamento de modo isolado mas vejo-o de forma integrada com o Plano de Acessibilidades e o Plano de Mobilidade, que nós iremos com certeza discutir no futuro. -----

-----Preocupa-me quando num Relatório de Actividades, pelo menos, estas questões do estacionamento sejam apresentadas de forma desgarrada, eu estou-me a recordar que Algés tem um plano desde mil novecentos e noventa e dois, um plano que orientava a política de circulação e de estacionamento numa área bastante grande que incluía o Alto de Algés até à Avenida dos Bombeiros Voluntários de Algés, ia até ao Largo Comandante Augusto Madureira e aonde estava equacionado toda a gestão daquele espaço público. Recuperava-se espaço para o peão, nomeadamente porque nesse Plano, que foi apresentado à Assembleia Municipal, recorde-me, entre noventa e dois/noventa e três, nesse Plano estavam quantificados os objectivos que se queria de estacionamento com duração limitada, de eliminar o estacionamento ilegal, de fazer uma oferta na via pública, uma oferta em parques. Penso que a Parques Tejo não deve ignorar a existência desse Plano nem a Junta de Freguesia, porque também na Junta de Freguesia foi apresentada, na altura, à Presidente da Junta de Freguesia e estavam todos de acordo que aquele Plano avançasse. Este é um dos aspectos que eu acho que, quando se fala de estacionamento ou quando se fala de circulação deve-se utilizar ou devem-se utilizar os instrumentos ou os estudos

que já existem porque a Câmara pagou esse estudo e teve esse estudo nas mãos e tem lá de forma bastante evidente todo o Plano de sinalização, inclusive que suportava essa política da gestão do estacionamento e de circulação.-----

----- Portanto, penso que em relação a este tipo de apresentação de actividades, sobretudo numa área que nos é sensível porque mexe muito com a gestão do espaço público, mexe muito com áreas que devem ser recuperadas para o peão, para o transporte público, etc., acho que isto deveria, pelo menos, reflectir um pouco a existência desses Planos.-----

----- Fica aqui um alerta para que os objectivos no futuro sejam mais esclarecedores e também, desde já, o convite para que a Parques Tejo, pelo menos, numa das iniciativas que porventura esta Comissão possa vir a ter, aliás é um dos temas que depois referirei como informação no último ponto da Ordem de Trabalhos, gostaria que houvesse uma maior ligação a esta Comissão da parte do Executivo da Parques Tejo.”-----

----- **Sr. Caldeira Martins (PSD)** -----

----- O Senhor Deputado Caldeira Martins fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente.-----

----- Foi referido aqui o meu nome, de facto eu fico muito satisfeito quando o meu nome é referido nesta Assembleia, seja pela parte negativa ou pela parte positiva, significa que, de facto, eu disse alguma coisa que perturbou determinadas pessoas nesta Assembleia.-----

----- Eu não estou aqui para perturbar ninguém, pelo contrário estou aqui para defender os interesses dos Municípios, pouco mais do que isso. -----

----- Mas, depois de ouvir a intervenção do Senhor Deputado Luís Sousa eu fiquei com a ideia que, ou melhor da sua intervenção dava uma ideia que o Senhor Deputado estava a querer candidatar-se a Administrador da empresa Parques Tejo, é evidente que todos nós temos as nossas ambições Senhor Deputado. Quem não deve ter gostado muito foi o Senhor Administrador da empresa Parques Tejo, esse é que não devia ter gostado muito da sua



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

intervenção, mas, enfim, costuma-se dizer que as palavras ficam com quem as pronuncia.-----

-----Também quero chamar a atenção do Senhor Deputado do seguinte: O Senhor Deputado anda distraído, mas isso é normal, são normais as suas distrações aqui nesta Assembleia.-----

-----Por outro lado, quero dizer ao Senhor Deputado que como o Senhor não costuma fazer os trabalhos de casa, fica invejoso que os outros o façam, eu, de facto, lamento essa situação porque os trabalhos de casa, os chamados T.P.C., devem ser feitos em qualquer circunstância e o Senhor, com certeza, faz no seu trabalho, mas fica invejoso pelos outros o fazerem, o problema é seu. Agora, juízo de valor sobre se ser das Finanças ou não ser isso é de muito mau gosto Senhor Deputado, nós estamos aqui como Deputados desta Assembleia não estamos aqui sendo do Ministério “a”, “b” ou “c”, eu não sei o que é que o Senhor faz mas também o Senhor não tem nada de saber o que é que eu faço, nós aqui somos Deputados, como lhe disse, estamos a defender os interesses da população. Com isto eu queria dizer ao Senhor Deputado o seguinte: -----

-----Os problemas da empresa não são fiscais Senhor Deputado, o Senhor devia saber ler os relatórios, que infelizmente parece que não sabe. Os problemas desta empresa são de ordem comercial, Senhor Deputado, não tem nada a ver com o ponto de vista fiscal. E, portanto, o que eu disse anteriormente foi: que o artigo trinta e cinco do código das sociedades comerciais está suspenso ou melhor só entrará em vigor em dois mil quatro, isto porque houve várias reivindicações na altura em que entrou em vigor em dois mil e dois, porque estavam em causa empresas públicas e como estavam em causa empresas públicas o artigo trinta e cinco foi suspenso e só vai começar a vigorar a partir de dois mil e quatro. Se o Senhor Deputado não sabia, informe-se porque esse assunto já foi abordado há mais de meia hora e o Senhor Deputado anda distraído porque só agora o levantou, desconhece todas estas situações mas é bom que o Senhor se informe para depois não se esquecer de na altura própria dizer o que tiver que dizer.

Muito obrigado.” -----

----- **Sr.^a Presidente em Exercício** -----

----- A Senhora Presidente da A.M. em exercício referiu o seguinte: -----

----- “Eu aproveito esta intervenção para fazer um esclarecimento ao Senhor Deputado Caldeira Martins e a todos os Senhores Deputados. -----

----- Quando querem prestar esclarecimentos uns aos outros, fazem-no, se faz favor, fora desta Assembleia, nesta Assembleia fazem-no através da Mesa. Eu agradeço que isso fique registado, é um registo que já fiz, não é a primeira, a segunda, não é a terceira vez e agradeço que daqui para a frente os Senhores Deputados tenham isso em atenção. Muito obrigada.” -----

----- **Sr. Costa Castro (J.F. Carnaxide)** -----

----- O Senhor Deputado Costa e Castro disse o seguinte: -----

----- “Eu desejava apenas fazer uma pergunta: -----

----- Estava programada a construção de dois silos para estacionamento na área de Carnaxide, um deles, para cerca de duzentos e poucos lugares no Centro Cívico, está em vias de conclusão, o outro, o principal, aquele que iria resolver grande parte dos problemas de Carnaxide, que é o do Quintal Desportivo eu penso que iria para os seiscentos lugares, queria saber em que ponto em que estava a evolução desta construção deste parque de estacionamento.

Muito obrigado.” -----

----- **Sr. Jorge Pracana (PSD)** -----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Muito rapidamente para dizer dois ou três pontos: -----

----- Em primeiro lugar que, de facto fico muito satisfeito por ouvir todas as dúvidas e as questões aqui levantadas, o que prefigura a tal preocupação fiscalizadora desta Assembleia, ao contrário do que alguns pretendem fazer transmitir. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----E, em segundo lugar para, efectivamente, referir o seguinte:-----

-----A questão colocada pela companheira Elisabete Oliveira em relação à questão que lhe aconteceu é de veras um problema complexo, a mim também já isso me aconteceu mas há que explicar aqui, efectivamente a situação. E, tem a ver com um problema que julgo que resultará a solução de um maior intercâmbio entre, necessariamente, duas entidades a quem cabe a fiscalização, porque a lei é muito clara em relação a esta matéria, ou seja, os agentes das empresas de estacionamento, não têm competência para, competência legal não lhe é dada, sancionar todos aqueles condutores que se encontrem fora das áreas da sua intervenção, e, por seu lado a PSP ou a GNR também não têm competência legal para sancionarem aqueles condutores que, porventura, estejam, por exemplo, nos lugares de estacionamento sem ticket ou com ticket com o tempo ultrapassado. E daí que, isto é um problema, aliás, que afecta todas estas empresas, Lisboa, nomeadamente, vive exactamente o mesmo problema e já agora para referir, de facto, o problema da Parques Tejo é o problema da EMEL, é exactamente a mesma coisa, em termos de dificuldades financeiras, em termos de necessidade de cobrança e todos estes problemas. -----

-----O que eu penso é que é fundamental, porque de facto este Município tem Polícia Municipal e a Polícia Municipal tem poderes para intervir nessa matéria, de facto que a Parques Tejo deva realmente estabelecer, de alguma forma, um compromisso, uma colaboração, qualquer situação que consiga no mais curto espaço de tempo a intervenção por parte da Polícia Municipal na desobstrução destas situações. Porque não é um problema que aqui se coloca de um carro mal estacionado, não é um problema de um carro em cima do passeio, é um problema de um carro que, necessariamente, está a obstruir a saída de uma outra viatura que para o efeito até pagou, portanto, diremos que quem pagou está a ser duplamente penalizado, está penalizado porque pagou e está penalizado porque apesar de ter pago acaba por não conseguir ter acesso a um direito, à sua liberdade, à sua movimentação. -----

----- Penso que nesta matéria a Parques Tejo deve tomar as iniciativas que repute adequadas, para junto da Polícia Municipal ou junto das entidades reguladoras de trânsito conseguir no mais curto espaço de tempo solução para este problema. Não é possível, de facto, manter situações destas, porque as pessoas reclamam e necessariamente não reclamam contra a PSP, reclamam, de facto, contra a EMEL ou contra, neste caso concreto, a Parques Tejo. Portanto, é aqui um alerta. Eu penso que há necessária e rapidamente que, de facto, restabelecer alguma confiança do pagador/utilizador na empresa a quem cabe dar um serviço e por isso cobra, e, para esse efeito tem que ter as condições adequadas, por isso a Parques Tejo deve, nesta matéria, estabelecer todos os contactos, todas as medidas necessárias para que essas situações não aconteçam e elas acontecem com muita frequência, principalmente em zonas, agora de Verão, junto às praias, é, de facto, muito vulgar. Muito obrigado.” -----

----- **Sr. Luís Sousa (PS) – Defesa da Honra** -----

----- O Senhor Deputado Luís Sousa disse o seguinte:-----

----- “Muito rapidamente, só duas questões que foi realçado aqui:-----

----- Primeiro e porque gosto que as coisas fiquem bem claras sobre o que digo, não sou eu que digo sobre o artigo trinta e cinco é o Revisor Oficial de Contas da empresa, primeiro.-----

----- Segundo, sobre a minha possível ida para a Parques Tejo gostava de dizer aos Senhores Deputados que penso, pelo que sei, que não há nenhum concurso público aberto para tal. Muito obrigado.”-----

----- **C.M.O.** -----

----- **Sr.^a Presidente da C.M.O.**-----

----- A Senhora Presidente da C.M.O. disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, se me permite, eu no final dava a palavra ao Senhor Vereador Luís Pires, como Presidente da Parques Tejo e depois no final permite-me dar algumas respostas e fazer alguns considerandos.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----C.M.O. -----

-----Sr. Vereador Luís Pires -----

-----O Senhor Vereador Luís Pires deu os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Muito obrigado Senhora Presidente.-----

-----Eu vou tentar, depois deste exaustivo inquérito, eu vou tentar, não consegui possivelmente reter todas as questões que foram levantadas mas vou tentar responder, e vou tentar seguir a ordem para ver se, se torna mais fácil para o meu encadeamento de raciocínio. ----

-----Começou por dizer o Senhor Deputado Joaquim Cotas, para resumir, a Parques Tejo não tem futuro e depois utiliza várias razões para dizer que a Parques Tejo não tem futuro. Eu de uma forma sintética gostava de dizer ao Senhor Deputado Joaquim Cotas que a Parques Tejo, realmente, não tem futuro se nós quisermos o estacionamento anárquico, se nós quisermos que o espaço público seja ocupado indevidamente por veículos que se encontram à venda, se nós quisermos que o espaço público se encontre ocupado por frotistas que não têm instalações para estacionar as suas frotas, continua a não ter futuro, se, realmente, nós quisermos que o espaço seja utilizado por viaturas a aguardarem lugar nas oficinas de reparação para entrarem e serem reparados. Portanto, se nós quisermos tudo isto, realmente a Parques Tejo é capaz de não ter futuro, se nós, pelo contrário, e como é o meu caso e eu não sou mais enquanto Presidente do que o braço da Câmara nas pretensões que tem para o estacionamento no Concelho, se pelo contrário quisermos um estacionamento ordenado, se quisermos evitar que os prevaricadores não abusem da sorte de prejudicar relativamente aqueles que cumprem, se quisermos, acima de tudo, vivermos num Estado de Direito, então a Parques Tejo tem futuro, a Parques Tejo tem uma missão a cumprir e a Parques Tejo vai tentar levá-la e enquanto a Câmara Municipal de Oeiras e a sua Presidente tiverem confiança em mim e nos Administradores que me acompanham vamos fazer tudo para que, realmente, esse ordenamento seja conseguido. E, esse ordenamento seja conseguido, como dizia, o Deputado Gaivoto e com muita razão, porque o ordenamento do

estacionamento tem muito a ver com a mobilidade no Concelho e quando nós falamos em mobilidade nós não nos podemos esquecer do estacionamento, porque talvez seja a chave da questão, porque se nós não tivermos as faixas de rodagem, como é frequente observarmos na Alameda António Sérgio, por exemplo, em Linda-a-Velha, as faixas de rodagem ocupadas com estacionamento, os transportes públicos circulam com mais rapidez, a velocidade comercial dos transportes públicos aumenta e, portanto, nós temos um melhor serviço de transportes públicos e temos uma melhor mobilidade no Concelho. -----

----- Mas queria dizer mais, já vi que o Senhor Deputado não gosta dos bloqueadores, a polícia a mim não me faz confusão nenhuma, porque eu tento não fazer nada que possa pôr a polícia contra mim, de maneira que não me faz confusão nenhuma. Os bloqueadores não são mais do que uma forma de dissuasão relativamente a quem teima em não cumprir, porque se existe um regulamento que foi aprovado por esta Assembleia Municipal e foi esta Assembleia Municipal que aprovou o regulamento para as zonas de estacionamento de duração limitada, das duas uma ou equivocaram-se, enganaram-se e o melhor então é fazerem uma proposta para o revogarem e então acabem com a Parques Tejo ou então quem está na Parques Tejo tem que tentar fazer todo o seu melhor para fazer cumprir o regulamento, e o regulamento é claro, e como o regulamento é claro, como a lei é clara, os bloqueadores são um meio ao serviço, ao dispor de quem tem a responsabilidade de fiscalizar as zonas de estacionamento de duração limitada. Portanto, os bloqueadores não vão ser a varinha mágica que vai resolver os problemas financeiros da Parques Tejo, não vai Senhor Deputado. As receitas feitas com as taxas dos parquímetros ou parcómetros são neste momento superiores, na ordem de mais do dobro do que as receitas feitas com os bloqueadores, portanto, não são os bloqueadores que vão resolver o problema. Agora, têm que entender que é preciso que haja meios dissuasores para quem não quer cumprir e um deles, que a lei prevê foi a lei que foi aprovada, são os bloqueadores. Como nós temos um regulamento para aplicar, temos que aplicar esse regulamento, senão não estamos lá a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

fazer nada, talvez seja de repensar uma alteração ao regulamento e propô-la à Câmara para posteriormente ser sujeita à fiscalização da Assembleia Municipal.-----

-----Quanto a objectivos estratégicos a empresa tem objectivos estratégicos, só que esses objectivos passam por duas componentes, passam pela componente do ordenamento do estacionamento à superfície e passam pela construção de parques de estacionamento subterrâneos. Como o Senhor Deputado calcula, nós estamos hoje aqui a apreciar o Relatório do ano dois mil e dois, portanto, no ano de dois mil e dois eu já tinha responsabilidades enquanto Administrador mas não era executivo, assistia às reuniões à quinta-feira, participava de uma forma crítica, porque é assim que devemos estar, de uma forma crítica para sermos construtivos, nessas reuniões e, portanto, tinha a minha participação e tenho a minha quota parte de responsabilidade neste Relatório que aqui está feito. -----

-----No entanto, também gostava de dizer que, como comprovou, o Relatório apresentou um resultado negativo algo elevado, duzentos mil euros aproximadamente. É necessário, primeiro e falando-lhe sem decisões estratégicas, e na minha perspectiva as empresas públicas não devem procurar o lucro mas não devem ser, também, fontes sorvedoras do erário público, nem uma coisa nem outra, devem ser empresas que procurem o equilíbrio e procurem o equilíbrio procurando melhorar simultaneamente qualidade e vida dos Municípios, e é isso que estamos a tentar, tentámos numa primeira fase controlar a situação financeira da empresa, estamos a conseguir, posso dar a informação que depois de este resultado, pela primeira vez a Parques Tejo tem um exercício positivo no mês de Maio, com cerca de dezasseis mil euros positivos. Portanto, há uma inversão na situação, digamos que os resultados devido aos investimentos que foram feitos em fiscalização, os resultados agravaram-se em Março e em Abril já se dá uma evolução, portanto, uma melhoria, fechando o mês de Abril com resultado negativo de mil e poucos euros e no mês de Maio já tem um resultado positivo de dezasseis mil euros. -----

----- Quero dizer que o problema da Parques Tejo enquanto problema financeiro prendia-se, e como alguém aqui referiu nesta sala, acima de tudo com o problema de fiscalização, e, para tal, em Fevereiro foram admitidos, e porque entendemos que o número de fiscais que existiam e penso que o Senhor Deputado fez menção, era um número de fiscais insuficiente, portanto, criaram-se dez postos de trabalho em termos de fiscalização, portanto, a Parques Tejo está a criar postos de trabalho e está a melhorar a sua rentabilidade, ou seja, penso, não me cabe a mim fazer este juízo, mas parece-nos que estamos a andar rumo ao caminho certo.-----

----- Relativamente ao médico que foi socorrer, Senhor Deputado se o médico tivesse assinalado no carro, com o seu cartão de médico em urgência, com certeza que não tinha sido penalizado, e, eu não percebi se não estava numa “ZEDL” porque foi bloqueado o carro, se não tem qualquer identificação e está parado, está estacionado numa “ZEDL” sem ter cumprido com a sua obrigação, obrigação emanada da Assembleia Municipal, pois tem que sofrer as sanções que sofreu. É uma questão. Porque, se o médico tivesse assinalado essa situação eu estou convencido, as instruções são essas, que os trabalhadores da Parques Tejo são pessoas cumpridoras, e, portanto, que se vissem o título de médico em urgência não iam actuar dessa forma. Portanto, é capaz de ter havido um esquecimento e depois da contra-ordenação emitida já não é possível anulá-la, como possivelmente sabe, só o Governo Civil tem essa capacidade.-----

----- Eu já dei aqui respostas ao Senhor Deputado Luís Miguel, ele diz que não se vê luz ao fundo do túnel, começa a ver-se a luz ao fundo do túnel, começa a inverter-se a situação e é minha convicção que a Parques Tejo em dois mil e três vai ter resultados positivos e é importante que tenha esses resultados positivos, porque, como disse com razão, se neste momento a aplicação do artigo trigésimo quinto do código das sociedades comerciais não se põe, vai-se pôr em dois mil e quatro, e, portanto, atempadamente há que resolver o problema. E este problema passa também... (**mudança de cassette**) ...relativamente à dívida que a Parques Tejo tem à Câmara Municipal de Oeiras, a dívida é, passo a redundância, é devida pela transferência dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

parcómetros, que então no início da Parques Tejo foi feita da Câmara para a Parques Tejo. São parcómetros, inclusive, que hoje já nem existem porque a sua desactualização era evidente e o seu estado de funcionamento não era o melhor, e, por isso, a dada altura já foram substituídos, já em local próprio falei com a Senhora Presidente, no sentido de ser estudado pela Câmara, uma vez que me parece ser uma solução equilibrada, essa dívida ser transformada em aumento de capital social. E ao transformarmos essa dívida em aumento de capital social também se caminha para resolver o problema do famoso artigo trigésimo quinto. -----

-----Quanto às passagens dos Administradores, Senhor Deputado é um problema do accionista, Câmara Municipal de Oeiras, a Câmara é que tem uma resposta sobre isso, não sou eu, na altura eu poderei ter a minha opinião, que ponho a quem devo pôr no local certo mas não é aqui que me pronuncio. -----

-----Investimentos na fiscalização, foram feitos investimentos, portanto, como eu disse, foram criados dez novos postos de trabalho, foi realizado um curso de formação profissional que teve a duração de duas semanas e meia, a Senhora Presidente deu-nos a honra de fazer o encerramento, em que foram emitidos certificados para poderem desempenhar as suas funções, porque os fiscais das empresas municipais de estacionamento, parqueamento/estacionamento, são equiparados em termos de funções administrativas a autoridade, e, portanto, procedeu-se a esse curso de formação. Esse curso de formação durou duas semanas e meia, foi até à primeira semana de Março, em Março tivemos já esses dez novos fiscais na rua, a trabalharem, a ganharem a sua experiência, como é normal. Posteriormente investiu-se em viaturas para que se pudessem deslocar, nomeadamente o coordenador da fiscalização mas também os bloqueadores pudessem facilmente ser transportados e investiu-se mais, quando o Senhor Deputado Joaquim Cotas fazia uma referência aos atrasos de emissão dos dísticos, quero dizer ao Senhor Deputado que esses atrasos já não se cifram no prazo que disse, estamos a emitir dísticos com data de Junho e de Maio. É natural que tenha havido essa situação, até porque o sistema era todo um

sistema manual, neste momento estamos a acabar a instalação, mais um investimento que estamos a fazer, de um sistema informático quer para a emissão dos dísticos de residente quer para as contra-ordenações. Sistema que vai ser ligado à recolha de informação por..., que os fiscais vão transportar e que, portanto, no final do dia chegam à empresa e descarregam, por sistema de infravermelhos, a informação que têm. Este sistema dá-nos também a possibilidade de combater os dísticos que eram falsificados por fotocópia, porque os dísticos eram em papel e conseguiam algumas pessoas mais engenhosas fazer fotocópias e algumas têm sido apanhadas, têm tido uma sanção que é prevista na lei para essas situações, mas, portanto, este sistema que neste momento existe é um sistema que vai, penso que não há sistemas invioláveis, mas este vai ser, com certeza, bastante mais difícil de violar. A Parques Tejo está no caminho da organização, a Parques Tejo começa-se a debater, já tive oportunidade de dizer à Senhora Presidente da Câmara, com uma dificuldade que é a exequibilidade das suas instalações, precisamos de criar mais alguns postos de trabalho, precisamos de criar condições de trabalho para quem trabalha na área administrativa da Parques Tejo, e, realmente, estamos a debater-nos com um problema sério, que é o problema do espaço. É um problema que a Senhora Presidente está atenta, vai, com certeza, conjuntamente connosco encontrar uma solução, vai propor uma solução para a Parques Tejo ao encontro das necessidades dos Municípios.-----

----- Os FSE elevados, nomeadamente, em vigilância deviam-se a dois factores: Um, aos gratificados que a PSP fazia para a Parques Tejo e foi tomada a decisão de em vez de pagarmos os gratificados à PSP, aumentámos os efectivos de fiscalização com a Parques Tejo, com os seus fiscais fazer essa fiscalização, está no terreno, neste momento não há gratificados da PSP.-----

----- Por outro lado, tivemos, realmente, em dois mil e dois custos elevados com vigilância, resultando da vigilância do parque que fica por baixo do edifício dos SMAS, parque Sá Carneiro, que é um parque por razões várias, e não vamos agora aqui debater, tinha uma procura diminuta e tinha custos de vigilância bastante elevados, portanto, também foi uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

situação, até por questões de segurança, que foi alterada e, neste momento, esta brecha que aqui foi notada, neste momento não se está a verificar. -----

-----Atrasos nos registos, há efectivamente atrasos nos registos, por um lado também por culpa das Conservatórias que não dão resposta que deviam dar, por outro lado por razões que eu desconheço, em dois mil e dois os registos não foram pedidos atempadamente, não sei quais foram as razões que levaram a essa situação, foram pedidos no final do ano já, e, portanto, neste momento o Administrador que tem competências para esta área está a tratar do assunto e está para breve a emissão dos registos. -----

-----Quanto à diminuição do número de lugares de estacionamento deveu-se, acima de tudo, à construção do acesso da CRIL, que impossibilitou todo o estacionamento em volta da rotunda da praça de toiros, o que realmente fez diminuir o número de lugares e fez diminuir a receita. Está ultrapassada essa situação, está normalizada, portanto, está novamente a funcionar. -

-----Passando à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Algés, o Senhor Presidente está equivocado, os seis euros não é uma taxa é um pagamento, é o reembolso da emissão, dos custos de emissão do dístico de residente, porque não podemos ser todos a suportar os prejuízos da Parques Tejo ou não devemos ser todos. Portanto, quando se emite um selo, um dístico, esse dístico tem um custo, quando se faz o investimento nas máquinas para emitir o dístico tem um custo, quando se envia para casa do Município ainda aí tem um custo, ora a Parques Tejo tem que ser reembolsada deste custo que não é receita de maneira nenhuma para a Parques Tejo, é antes uma forma de não ser sobrecarregada com custos para proporcionar o merecido, devido e respeitado estacionamento para os residentes no Concelho. -----

-----Quanto à Parques Tejo andar a multar tudo e todos, não sei se esta foi alguma conversa de café que fizemos para discutir futebol ou não, mas a Parques Tejo, pelo menos, enquanto eu lá estiver como Presidente não tem atitudes prossecutórias nem uma atitude policial, os fiscais da Parques Tejo actuam de acordo com o regulamento não sei mas penso que sim, que

o Senhor Presidente da Junta também ajudou a aprovar, e, portanto, é esse o trabalho dos fiscais da Parques Tejo, aplicação do regulamento na íntegra e agradeço que sempre que seja conhecido, que há exageros na aplicação desse regulamento me façam chegar essas informações devidamente fundamentadas, claro, à Parques Tejo, porque a empresa não tem qualquer receio em responsabilizar quem não cumpre as regras de funcionamento da empresa e uma das regras de funcionamento daquela empresa é fazer cumprir o regulamento aprovado por esta Assembleia Municipal. -----

----- Quanto à isenção das viaturas da Junta, é um privilégio que o Senhor Presidente poderá propor à Câmara, a Senhora Presidente da Câmara em determinada altura, em reunião de Câmara disse: "Nem as viaturas da Câmara, nem as viaturas dos Vereadores", e, posso-lhe dizer também que também as viaturas dos Administradores da Parques Tejo pagam o seu estacionamento quando estacionam numa ZEDL. A questão desse privilégio, é uma questão de propor à Câmara e se a Câmara assim o entender deliberará e esta Assembleia, com certeza, ratificará essa decisão. -----

----- Relativamente ao Senhor Deputado Pinto Ferreira, levantou aqui um problema dos moradores de Lisboa. Esta situação é uma situação complicada, porque são dois prédios que têm a morada na Avenida Damião de Góis mas, na realidade, as portas não são na Avenida Damião de Góis, são dois prédios que ficam no Concelho de Lisboa e nós temos um regulamento aprovado para o Concelho de Oeiras, se esta Assembleia decidir alterar o regulamento e criar uma situação de exceção para os dois prédios de Lisboa que confinam com o Concelho de Oeiras, pois a Parques Tejo mais não fará do que aplicar ainda aí o regulamento e as decisões que forem tomadas. Quanto a dizer-se que andam constantemente a ser multados, também não se percebe bem porquê, porque estes prédios têm estacionamento no interior dos lotes, portanto, também não se percebe porque é que as pessoas não utilizam o seu estacionamento próprio. È uma questão que nos escapa.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Relativamente ao saldo negativo dos duzentos mil e ainda respondendo ao Senhor Deputado Paulo Miranda, Senhor Deputado aquilo que lhe posso dizer é que é minha convicção que no final do ano dois mil e três o saldo vai ser positivo, vamos trabalhar para que assim seja, para recuperarmos o passivo. Também lhes posso dizer que desde Janeiro já amortizámos o passivo em cento e catorze mil e tal euros, pagando uma conta caucionada para apoio à tesouraria, que estava utilizada nesse valor no dia dois de Janeiro e que neste momento está a zero. Até ao final de Julho conseguimos amortizar o passivo da Parques Tejo em cento e catorze mil euros, de maneira que isso reforça a minha convicção que, com o apoio da Câmara vamos ter, com certeza, um melhor resultado no final deste ano.-----

-----A Senhora Deputada Elisabete Oliveira apresentou aqui uma preocupação, além da preocupação relativamente ao exercício mas já abordei este tema várias vezes, e, portanto, não vale a pena estar a repeti-lo. A imagem da empresa junto da opinião pública, ora bom, a imagem da empresa é sempre complicado, isto faz lembrar a imagem das forças de segurança quando existe um corpo de agentes de fiscalização que tem por missão fazer cumprir um determinado regulamento, há sempre as pessoas que não gostam de o cumprir, e, portanto, cria uma má opinião relativamente à actuação dessa fiscalização e tentam até de uma forma geral alargar a opinião que têm. Portanto, não digo que não haja exageros, não digo que por vezes a actuação da fiscalização não seja a mais conveniente, mas como compreenderão possivelmente o mesmo problema sentirá o Senhor Vereador que tem muito pessoal sob a sua responsabilidade na rua e nem sempre conseguimos saber o que é que cada um em cada momento está a fazer, é chegarem-nos os factos concretos, que a Parques Tejo actuará com certeza. -----

-----Contra o estacionamento abusivo em zonas de estacionamento de duração limitada (ZEDLS) impedindo a saída de quem pagou o seu estacionamento. O Senhor deputado Pracana já, de alguma forma, abordou a situação, a fiscalização da Parques Tejo só tem competência para fiscalizar nos lugares de estacionamento que estão assinalados. Quando se estaciona na via, na

rectaguarda de uma viatura que está no estacionamento, essa viatura já não está estacionada, essa viatura está parada de uma forma incorrecta, de uma forma abusiva, para a qual a fiscalização da Parques Tejo não tem qualquer competência. A competência é da PSP, a competência será no futuro exercida também pela Polícia Municipal, portanto, não podemos ter fiscais a fiscalizar e a proibir, porque não têm competência para isso, a proibir estacionamento ilegal nas zonas de estacionamento de duração limitada. -----

----- Relativamente à colaboração com a PSP e com a Polícia Municipal, quero dizer que todas as semanas telefono para os responsáveis da PSP, também com muita frequência o Senhor Vice-Presidente desta Câmara telefona para os responsáveis pela PSP, porque tem o pelouro do trânsito, não conseguimos obrigá-los a irem aos locais, a mandarem os agentes para os locais. Quero dizer, inclusive, que a Parques Tejo abdicou de dez lugares frente à esquadra de Miraflores porque a PSP queixava-se que perdia muito tempo a remover as viaturas para Oeiras, pois criámos esses dez lugares, os dez lugares estão normalmente livres e a PSP não actua libertando os passeios que estão ocupados, e, portanto, a passagem de peões, libertando inclusive, e os que conhecem aquela zona, subindo a rua José Gomes Freire de Miraflores para Linda-a-Velha é um escândalo ver-se do lado direito de quem sobe, o passeio ocupado na íntegra com viaturas estacionadas e quem quer circular tem que circular pela via de rodagem com todos os perigos inerentes a essa situação. Portanto, como calcula, nós pressionamos, a Câmara pressiona, só que não podemos pedir as fardas emprestadas nem o reboque e actuarmos. De maneira que, temos que aguardar a boa vontade e a melhoria de eficácia, e, de alguma forma, tem-se notado uma ligeira melhoria e temos que ter muita esperança na fiscalização, que a Polícia Municipal vai, com certeza, encetar quando tiver meios para o fazer, que neste momento também ainda não tem efectivos, que permitam ter esse trabalho.” -----

----- **C.M.O.** -----

----- **Sr.^a Presidente da C.M.O.** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----A Senhora Presidente da C.M.O. deu os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Apenas para completar e esclarecer um ou outro pormenor, dado que o Senhor Vereador Luís Pires já em detalhe deu os esclarecimentos sobre as várias situações.-----

-----Mas dizer que, os bloqueadores obviamente que há situações e há pessoas que são contra e outros que são a favor, todos somos livres de ter as nossas opiniões, mas não nos podemos esquecer que os bloqueadores são elementos e são instrumentos reguladores, e, como tal, ao fim e ao cabo a pouco e pouco objectivam dissuadir situações pouco correctas e comportamentos pouco correctos das pessoas que não respeitam o estacionamento e as regras relativamente a essas matérias.-----

-----É óbvio que situações como aquelas que foram referidas, do médico, obviamente que são situações que têm que ser vistas pontualmente e certamente haverá justificação e não verá, certamente ninguém e, neste caso, eu apelo ao Vereador Luís Pires, como Presidente da Parques Tejo, que em situações desta natureza, obviamente, o bom senso tem que imperar, como é natural, e, de facto, tentar-se resolver essa situação pontual e que por uma situação de aflição ou qualquer coisa justificou. De qualquer forma os bloqueadores devem, de facto, serem utilizados e funcionarem como instrumentos reguladores. -----

-----Relativamente à fiscalização e às fontes de receita da Parques Tejo, não há dúvida nenhuma que a fiscalização é uma fonte de receita da Parques Tejo, não há dúvida nenhuma que ela foi intensificada, eu devo dizer que a fiscalização praticamente não funcionava ou funcionava muito mal, e, portanto, em boa hora se decidiu reforçar o núcleo de fiscais ou o corpo de fiscais, melhor dizendo, e, sobretudo, atribuir-lhes uma coordenação de forma a que se pudesse cumprir um dos objectivos. Obviamente que estamos todos cientes e eu estou perfeitamente consciente que a Parques Tejo tem que dar um pontapé de saída muito grande no que toca à construção dos novos parques de estacionamento, não há dúvida nenhuma e já noutra dia tive oportunidade de referir ao Senhor Vereador Luís Pires e não só, de que tenho que fazer um ponto de situação com

eles, relativamente a todos os processos de parques de estacionamento, para os quais foram dadas as condicionantes pela parte de Planeamento e Gestão Urbanística, e, como tal, tem que ter o seu pontapé de saída, e daí a necessidade de se saber exactamente qual o ponto de situação, porque a função da Parques Tejo não é, obviamente, só fiscalizar, fiscalizar é uma das funções mas eu diria que a principal função é lançar os diversos procedimentos conducentes à criação de lugares de estacionamento. E, isso está a ser trabalhado, está em marcha e espero muito rapidamente fazer o ponto de situação com o Conselho de Administração da Parques Tejo, em concreto com o Senhor Presidente do Conselho de Administração, no sentido de vermos para quando essas diversas intenções, para quando a concretização das diversas intenções. -----

----- Relativamente ao Conselho de Administração, às decisões estratégicas, ao antes e ao depois, Senhores Deputados, vamos recuar um bocadinho mais e estas perguntas, obviamente que como diz o outro e como se diz em..., o velho povo, “traz água no bico”, mas lembro só que se o objectivo é tentarem dizer que agora que nós ou vós que estamos lá ou nós e vós que estamos lá, e tentarem fazer aqui uma comparação entre duas gestões ou dois períodos de gestão. Eu faço lembrar que, por acaso, esta gestão da Parques Tejo esteve sempre acompanhada e acompanhada de PSD e de PS, curiosamente, ninguém se pode esquecer que na Parques Tejo esteve com funções executivas o Dr. Jorge Bico, Vereador no mandato anterior e que já ninguém se lembra, ninguém refere. Em que tinha, na altura, como Director-Geral o Dr. Armindo de Azevedo, e, portanto, não era administrador, passou depois a administrador em dois mil e dois, agora não posso precisar. Portanto, não vale a pena estarmos aqui com jogos, e, para além de ter aqui pessoas que são dirigentes da Câmara e que não têm qualquer situação política, portanto, não vale a pena entrarmos aqui em discussões dessa natureza porque não nos conduz absolutamente a nada. E, eu não entro nelas porque as acho primárias, são discussões primárias de facto.-----

----- Relativamente às outras situações e à pergunta concreta que me foi colocada sobre o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

momento em que o Senhor Vereador Luís Pires assumiu a presidência, assumiu-a em Janeiro de dois mil e três, está lá como Administrador Executivo, mas há aqui uma situação e eu falo com conhecimento de causa, eu já fui administradora, normalmente sou executiva mas já fui também administradora não executiva em outras situações. E, quando as pessoas fazem parte dum Conselho de Administração, sendo executivas ou não, no Conselho de Administração têm todas a mesma responsabilidade estão exactamente em pé de igualdade, e, portanto, não estão para assistir ou para não participar, estão para participar, até porque se alguma coisa dá para o torto são responsabilizadas exactamente ao mesmo nível dos que são executivos, e, portanto, vamos lá a ver se a gente se entende. Há aqui, de facto, elementos executivos, não executivos, nos Conselhos normalmente mas têm que participar e eu devo-lhes dizer mesmo ao contrário, por exemplo, e eu dou sempre esse exemplo aos Conselhos de Administração das empresas municipais, veja-se a forma de funcionar, e eu, permitam-me a falsa modéstia, a forma de funcionar do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, que ainda por cima funciona com duas Forças Políticas e sem problemas, duas Câmaras Municipais, só que há uma determinada estratégia, há um desenvolvimento, há objectivos a cumprir e eles têm que se cumprir. E, portanto, são situações, obviamente, que podem ser exemplo e que não é pelo facto de nós, é evidente que somos executivos, podemos acompanhar mais de perto e ter uma palavra mais determinante, mas temos obrigação de participar, e o que é um facto é que quando nós temos um Conselho de Administração com executivos e sem executivos, se tivermos três elementos ou cinco, mas no caso de três, se dois votarem contra mesmo não executivos bloqueiam o executivo, e, portanto, aí não há nada a fazer. O Conselho de Administração que, neste caso, até reúne semanalmente tem toda a força, não vale a pena Senhor Deputado. Isto é assim. Eu como já estive nos dois lados das situações, sei perfeitamente que é assim. Se quisermos, no Conselho de Administração, que é o Órgão que, no fundo, acaba por orientar todo o desenvolvimento da actividade da empresa é assim que se passa. Portanto, não vale a pena

estarmos aqui a discutir o sexo dos anjos. O que eu acho e isso é de louvar, é que este Conselho de Administração tem dado, e bem, uma prioridade maior à fiscalização. Com certeza houve outros enquadramentos, outras possibilidades de avançar, outra maneira de ver, de objectivar determinadas situações, é perfeitamente natural, tudo vem a seu tempo. Assim como agora, a minha preocupação relativamente à fiscalização está, digamos, não é posta de lado, deixou de ser preocupação, é preocupação nos casos em que possa haver aí alguma injustiça. A minha preocupação é nos investimentos que se têm que fazer de novo e que se têm que pôr a trabalhar, e é isso que eu estou certa, que a Parques Tejo vai ser capaz de levar avante este desiderato e seguramente vai justificar o seu futuro, e, portanto, não sou daquelas que diz que a Parques Tejo não tem futuro. Acho que tem, até porque se eu achasse que não tinha futuro, doesse a quem doesse tinha feito a proposta, podia não passar mas tinha feito a proposta e ficava tranquila com a minha consciência. -----

----- Vamos lá a ver se nos deixamos destas situações, se analisamos as coisas de uma forma isenta, objectiva, ou pelo menos, tão isenta e tão objectiva quanto eu quando propus à Câmara a composição dos Conselhos de Administração das empresas municipais, o fiz. E, portanto, posso exigir dos outros uma análise tão objectiva e tão isenta quanto aquela que eu fiz exactamente no momento em que nomeei os Conselhos de Administração. Deixemo-nos de discussões que, na realidade, não nos conduzem a nada, são subjectivas, inquinadas e pretendem levar a leituras que, de facto, não nos conduzem a nenhum desenvolvimento sustentado de uma empresa. Muito obrigado, é tudo.”-----

----- **Sr. Presidente em Exercício** -----

----- A Senhora Presidente da A.M., em Exercício, disse o seguinte:-----

----- “Temos então realizado o ponto nove da Ordem de Trabalhos e estão abertas as inscrições para o ponto dez.”-----

----- **Sr. Luís Costa e Castro (J.F. Carnaxide)** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----O Senhor Deputado Luís Costa e Castro disse o seguinte:-----

-----“Eu só agradecia que me fosse dada uma resposta, se possível, à pergunta que eu fiz, porque além...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M. em Exercício** interrompeu e perguntou o seguinte: -

-----“Mas é do ponto anterior? -----

-----O **Senhor Deputado Luís Costa e Castro (J.F. Carnaxide)** continuou a sua intervenção:-----

-----“... Porque além daquele parque que eu referi, ainda há outro que eu há pouco omiti, que é o da Filíntio Elísio/Florbela Espanca. Portanto, agradecia uma resposta acerca destes dois casos. Muito obrigado.”-----

-----**Sr.^a Presidente em Exercício** -----

-----A Senhora Presidente da A.M., em Exercício, disse o seguinte: -----

-----“ Senhor Dr., se não vir nenhum inconveniente a Senhora Presidente esclarece-o no final. Pode ser? Muito obrigada.-----

-----Senhor Deputado Reis Marques faz favor. Ainda é sobre o ponto anterior? Também é alguma dúvida que subsistiu? -----

-----O **Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU)** respondeu o seguinte: -----

-----“É exactamente esta dúvida que foi levantada, que eu notei que aos meus camaradas não foi respondida e estava à espera que houvesse uma resposta. Muito obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M. em Exercício** deu a palavra à **Senhora Presidente da C.M.O.** -----

-----**C.M.O.** -----

-----**Sr.^a Presidente da C.M.O.** -----

-----A Senhora Presidente da C.M.O. disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado Senhora Presidente. Eu peço imensa desculpa mas com esta

situação toda esqueci-me. -----

----- Relativamente ao Quintal Desportivo, nós inclusivamente estivemos lá numa visita que fizemos a Carnaxide, exactamente para observar o Quintal Desportivo tal como está, tal como ele deve ser no futuro próximo, tendo em conta que e tendo bem presente que aquela zona é uma zona que pode ali acolher cerca de seiscentos a setecentos lugares de estacionamento. E que tem que ser, aliás, os trabalhos na DPGU têm estado também a ser desenvolvidos, exactamente para avançarem de uma forma faseada em termos do Quintal Desportivo. Portanto, o Quintal Desportivo está e ninguém abandonou essa hipótese, porque tem, de facto, acolhimento para cerca de seiscentos a setecentos, eu agora não posso precisar, lugares de estacionamento, e, portanto, faz sentido que ele avance por fases, até porque a forma como ele é desenvolvido em socalcos, permite exactamente isso sem grandes problemas. E, há que ver a reacção à utilização também, porque ainda há algumas dúvidas relativamente a algumas situações, sobretudo quando bem perto, por acaso ali nem é o caso, aqui no dos SMAS é que era, bem perto está uma zona ainda que se pode parquear ali nas terras, e, obviamente, que não os conduz para dentro do parque.-----

----- Mas, de qualquer forma ele vai ser implementado em duas fases, mas está a ser trabalhado na DPGU, alguns condicionantes exactamente para depois se trabalhar com a Parques Tejo e avançar. Não está, de facto, esquecido. O do Centro Cívico está a avançar.-----

----- Relativamente à Fílintio Elísio está-se a ver em termos do custo/benefício, custo/benefício neste sentido, como sabe nós temos que o construir, dar à exploração, etc., etc., etc., aqueles figurinos que se constroem. E, digamos que não é apelativo a exploração daquilo, o custo/benefício é muito, o custo é muito pesado face ao benefício, de qualquer das maneiras não está abandonado, está a ser trabalhado também e vamos ver o que é que, qual é a solução encontrada para ali. Portanto, se não for aquela ter-se-á que pensar numa outra situação, mas sabe que quando estas análises são, de facto, muito pesadas para o lado dos custos, a situação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

complica-se em termos de construção. De qualquer forma é algo que não está abandonado, de maneira nenhuma, que está a ser estudado em termos de custo/benefício. Muito obrigado.” -----

4.6. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 849/03 relativa ao Ordenamento da AUGI de Leião – Correções ao Regulamento e Planta Síntese – (Plano de Pormenor do Ordenamento do Núcleo de Leião) – CP 05.04.01.06 – Ofício N.º 30129 – 03.06.18 -----

-----**Deliberação N.º 29/03 da A.M.** -----

-----**Sr.ª Presidente em Exercício** -----

-----A Senhora Presidente da A.M., em Exercício, referiu o seguinte: -----

-----“Vamos então dar início às intervenções relativas ao ponto dez. Tem a palavra o Senhor Deputado Reis Marques.” -----

-----**Sr. Reis Marques (PS)** -----

-----O Senhor Deputado Reis Marques fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhora Presidente, sobre esta proposta que hoje nos é apresentada, vem na continuação da linha da legalização do ordenamento do território. A única pergunta que gostaria de colocar era: Depois desta, quantas são ainda as situações que ainda ficam por legalizar no ordenamento do território? -----

-----Se não for possível responder hoje, gostaria que informasse a Assembleia pormenorizadamente, na medida do possível, no mais curto espaço possível.”-----

-----**Sr. Paulo Miranda (CDS/PP)** -----

-----O Senhor Deputado Paulo Miranda fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente estamos aqui, com esta proposta, para definir e regulamentar algumas correções sugeridas pela CCR de Lisboa e Vale do Tejo sobre o Plano de Pormenor de Leião.-----

-----Naturalmente que este Plano já tinha sido aprovado na Assembleia Municipal em dois mil e dois, e, portanto, não vemos, lidas as correções ao regulamento e à planta, qualquer

inconveniente na sua aprovação.”-----

----- **C.M.O.** -----

----- **Sr.^a Presidente da C.M.O.**-----

----- A Senhora Presidente da C.M.O. deu os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Eu agora não posso precisar e não sei se estou a dar o dado concreto mas se me recordo bem, do levantamento feito pelo Departamento de Projectos Especiais eram onze as AUGIS, e, portanto, se me recordo bem, mas eu tenho que me certificar. Eu depois confirmo-lhe o onze, tenho o onze de memória, creio que são onze mas depois confirmo. -----

4.6.1.VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente da A.M., em Exercício, pôs à votação esta proposta a qual foi aprovada maioria com trinta votos a favor sendo dezassete do PSD (Elísio da Veiga, Custódio Paiva, Luís Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, António Joaquim Moreira, Rui Manuel de Freitas, Salvador Bastos Costeira, Jorge Pracana, Alexandre Martins da Luz, António Viana Basto, Maria Madalena Castro, Levy Nunes Gomes, Maria Alexandra Fraga, Ângela Brito Leite, Rogério Simões Carneiro, José Jorge Pereira e Pedro Afonso de Paulo), nove do PS (Luís Pereira de Sousa, Vidal Diogo Antão, Marcos Sá Rodrigues, Luísa Diego Lisboa, Pedro Melo e Sá, Joaquim dos Reis Marques, Carlos Alberto Pereira Reis, João Carlos Viegas e António Lopes Cabral), três da CDU (Carlos Alberto Coutinho, Joaquim Vieira Cotas e Ermelinda Oliveira), um do CDS/PP (Paulo Henrique Miranda) e uma abstenção do B.E. (Carlos Sousa Gaivoto), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta dela fazendo parte integrante.-----

----- Esta Deliberação foi aprovada em minuta.-----

----- **DELIBERAÇÃO N.º29/2003** -----

**PROPOSTA C.M.O. N.º 849/03 – ORDENAMENTO DA AUGI DE LEIÃO –
CORRECÇÕES AO REGULAMENTO E PLANTA SÍNTESE (PLANO DE PORMENOR
DO ORDENAMENTO DO NÚCLEO DE LEIÃO).**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número oitocentos e quarenta e nove barra zero três, a que se refere a deliberação número cem da reunião da Câmara Municipal, realizada em onze de Junho último e deliberou por maioria, com trinta votos a favor, sendo dezassete do Partido Social Democrata, nove do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e um do Centro Democrático Social/Partido Popular e uma abstenção do Bloco de Esquerda, aprovar as correcções ao Regulamento e Planta Síntese do Plano de Pormenor do Ordenamento do Núcleo de Leião, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta. -----

----- (Assina esta Deliberação a Primeira Secretária da Assembleia Municipal). -----

4.7. Informação Escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Oeiras acerca da Actividade do Município, nos termos da alínea e), do N.º 1, do Artigo 53º., da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. --- -----

-----**Sr.ª Presidente em Exercício** -----

-----A Senhora Presidente da A.M., em Exercício, referiu o seguinte: -----

-----“Vamos então passar à realização do ponto onze, como sabem não é passível de votação. --- -----

-----Alguns dos Senhores Deputados quer usar da palavra?-----

-----Senhor Deputado Carlos Coutinho se faz favor.” -----

-----**Sr. Carlos Coutinho (CDU)** -----

-----O Senhor Deputado Carlos Coutinho fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado Senhora Presidente.-----

-----Nós consideramos esta informação muito importante, e, de facto, que lhe gostaríamos de fazer algumas observações sobre essa informação e algumas questões.-----

----- Achamos que estes relatórios que, vão sendo cumulativos e que vão confluir no relatório final que vai ser depois apreciado e votado por esta Assembleia, devia ter alguma informação sobre os estudos e projectos em fase de estudo que estão em curso. Dar alguns exemplos que muitas vezes são referenciados na Comunicação Social e que nós, Membros desta Assembleia, não temos qualquer informação formal da Câmara e que neste espaço de informação fazia todo o sentido, na nossa opinião. Em relação a projectos como a Fundação de Oeiras, projectos como a LUSALITE/Fermentos Holandeses na Cruz Quebrada, o Cabanas Golfe em Barcarena, o Palácio Anjos em Algés e outros que a Câmara considerasse relevante dar conhecimento a esta Assembleia para nós nos irmos maturando em relação ao desenvolvimento destes projectos e não sermos surpreendidos com notícias avulsas que muitas vezes aparecem na Comunicação Social.-----

----- Em relação a esta informação, nós vamos ter alguma dificuldade de situar as perguntas/observações porque, de facto, o relatório não está paginado mas em relação a um capítulo mais à frente que se chama Execução das Grandes Opções do Plano, esta informação é, de facto, bastante importante, bastante útil mas suscitou-nos a seguinte interrogação: -----

----- Gostaríamos de saber o que é que está a acontecer com os projectos que constavam do PIDDAC em dois mil e dois e que já estavam em execução e que consequências é que vão ter por terem sido retiradas do PIDDAC de dois mil e três, será que a Câmara tem energias financeiras próprias para assumir a responsabilidade do desenvolvimento desses mesmos projectos ou se alguns deles vão ser suspensos? -----

----- Mais à frente no ponto dois diz: “Situação financeira”, aparecem quadros bastante exemplificativos daquilo que está a acontecer com a Receita e a Despesa, nomeadamente a sua execução. Nós notamos que na execução da Receita, o valor percentual correspondente a estes cinco meses, deste ano, ronda os vinte e quatro, quarenta e cinco por cento, vinte e quatro pontos percentuais. Em cinco meses, numa regra linear, deveríamos atingir cerca de quarenta e um por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

cento, a questão que nós colocamos é esta: Este relatório devia evidenciar quais são as expectativas que a Câmara tem até trinta e um do doze de dois mil e três, porque sabemos que muitas receitas são cíclicas e que provavelmente vão sofrer alguma aceleração no final do ano, mas temos que adivinhar ou temos que acreditar. De facto, era interessante que esta Informação traduzisse já, ela própria, essa explicação. -----

-----Aquilo que eu disse em relação à Receita aplica-se também à Despesa, neste caso a Despesa tem também um valor percentual reduzido para o período de cinco meses. -----

-----Mais à frente no desenvolvimento de receitas como a Contribuição Autárquica, a Sisa, a Derrama, o Imposto sobre Veículos, seria útil no entendimento da CDU que fossem apresentadas as projecções para trinta e um do doze, tal como os globais que referi anteriormente. Por exemplo, gostaríamos de procurar encontrar um justificativo neste relatório, em relação à Contribuição Autárquica, que evidenciasse uma explicação, porque é que em dois mil e três, de Janeiro a Maio temos dez milhões de euros, dez ponto um, e nos anos anteriores de dois mil, dois mil e um, dois mil e dois no mesmo período os valores eram substancialmente diferentes para menos. O que é que, de facto, explica que, por exemplo, o ano passado fosse zero ponto oito e neste momento no período já vá com dez ponto um. -----

-----Em relação à Sisa há, também, necessidade de perceber este sete ponto nove milhões de euros, que de Janeiro a Maio estão cobrados porque, de facto, afastam-se bastante de anos como o ano dois mil, o ano referência, um ano de base, dez ponto três. -----

-----A Derrama tem uma situação que para nós, CDU, parece-nos preocupante, tem apenas quatro ponto seis e, de facto, o orçamentado são vinte e cinco ponto um, podemos correlacionar esta situação com o IRC, com a recessão económica mas gostaríamos, de facto, que o texto explicasse isso ou dissesse que era por isso ou por outra razão. -----

----- Esta explicação torna-se mais evidente da necessidade de vir nesta informação quando nós sabemos todos, e aqui sabemos todos, que a cobrança sobre veículos é sobretudo no

segundo semestre, porque todos nós, em geral, pagamos imposto de selo e sabemos que, de facto, o valor orçamentado para dois mil e três deve ser atingido claramente no segundo semestre mas isto é uma situação que em duas ou três linhas estava resolvida.-----

----- Passando um pouco mais para a frente, ao ponto dois um, que é titulado por “Dívida a Fornecedores”, nós gostaríamos de questionar a Câmara em relação a estes quatro ponto quatro milhões de euros de pagamentos autorizados e não pagos, qual é a explicação porque é que não estão pagos. A Câmara evidencia ou não dificuldades de tesouraria, quais são as entidades a quem se deve, será que a curto prazo esta dívida pode condicionar algumas obras e algumas actividades que a Câmara quererá desenvolver ou pretenderá desenvolver?-----

----- Mais à frente, e para não vos maçar muito, indo à parte final do relatório, nós, Coligação Democrática Unitária, entendemos que é extremamente preocupante para a nossa Câmara, para a Câmara Municipal de Oeiras, a relação que há entre a projecção que está aqui no relatório de valores a receber de contencioso apenas zero ponto sete milhões de euros para treze ponto sete milhões de euros a pagar no caso de a Câmara ser julgada e condenada. -----

----- Esta situação é, de facto, bastante preocupante e solicitávamos à Câmara Municipal de Oeiras que fornecesse a esta Assembleia uma informação detalhada deste contencioso, que tem a ver, sobretudo, com o Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, sobre estes processos pois os mesmos e os seus montantes podem ter enormes repercussões sobre a actividade da Câmara. E, de facto, são montantes que podem condicionar o normal funcionamento da Câmara, no caso de a Câmara Municipal de Oeiras ser condenada. Não conhecemos estes processos, imaginamos alguns, temos alguma intuição de quais sejam mas, de facto, gostaríamos de ser informados em relação a esta matéria. E pergunto à Mesa, se esta preocupação da CDU já está considerada formalmente entrada ou se a CDU tem que requerer esta informação por meio de um requerimento. Disse, muito obrigado.”-----

----- **Sr.^a Presidente em Exercício** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----A Senhora Presidente da A.M., em Exercício, respondeu o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado, começo por responder à parte final da sua intervenção, acho que é preferível fazer um requerimento à Mesa, se não se importa. Muito obrigada.-----

-----Vou dar a palavra ao Senhor Deputado Luís de Sousa a quem pedia, a si, e aos outros Deputados que se inscreveram, fazia um apelo à vossa capacidade de síntese porque estamos na iminência de ficar sem quórum. Vejo uma pessoa ou duas no público e gostaria de lhes dar a palavra. Muito obrigada.”-----

-----**Sr. Luís Sousa (PS)** -----

-----O Senhor Deputado Luís Sousa fez a seguinte intervenção:-----

-----“Antes de mais, Senhora Presidente, gostava de lamentar esta situação, a Bancada do PSD tem responsabilidade de garantir o quórum desta Assembleia, demonstra claramente uma falta de respeito por este Órgão, uma falta de respeito pelo público e essencialmente, também, uma falta de respeito por este documento, que é importante e vital para este Município, não entendo esta decisão. Espero que a Mesa marque claramente em acta as horas a que as pessoas se foram ausentando desta Assembleia, é de lamentar e o PS não abandona esta Assembleia porque tem respeito por esta situação, senão ficávamos sem quórum...” (intervenção feita com elevação da voz).-----

-----A **Senhora Presidente da A.M., em Exercício**, interrompeu e disse o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado só lhe pedia que tivesse um bocadinho de calma, está bem?-----

-----O **Senhor Deputado Luís Sousa (PS)** respondeu o seguinte:-----

-----“Eu estou calmo. Acho é lamentável, claramente lamentável...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M., em Exercício**, disse o seguinte:-----

-----“Se as pessoas saem é porque, eventualmente, terão compromissos inadiáveis. Não vamos agora estar a julgar ninguém. Mas, faça a sua intervenção, pedia-lhe que fosse breve.”-----

-----O **Senhor Deputado Luís Sousa (PS)** continuou a sua intervenção inicial:-----

----- “Acho que isto é um Órgão importante, é um Órgão que merece respeito e por isso fomos eleitos. -----

----- Sobre este documento, pela primeira vez neste Mandato tenho que dar os meus parabéns a este Executivo e à Senhora Presidente, pela primeira vez neste Mandato consigo ter e consigo ver uma execução orçamental enquadrada, uma execução orçamental de acordo com aquilo que foi orçamentado, portanto, desde já e a Bancada do PS não tem o menor problema em fazê-lo, os meus parabéns pela execução orçamental a Maio de dois mil e três. Tem sido, de facto, um desempenho interessante, dentro daquilo que estava previsto e conforme penso uma boa execução de gestão. -----

----- Também gostava de realçar o desvio importante das Receitas Correntes para Despesas de Capital, o que é importante, demonstra alguma capacidade de gestão e demonstra uma capacidade muito interessante, que a nós nos dá prazer e que ficamos satisfeitos. No entanto, gostava de deixar à Senhora Presidente meia dúzia de perguntas muito rápidas sobre este documento... (**Mudança de Cassete**) ...de euros, é preocupante e penso que deve ser explicada pela Senhora Presidente. -----

----- Gostava, também, que a Senhora Presidente nos explicasse, algo que eu não percebo, no subsídio, de uma comparticipação financeira dada à Federação de Andebol de Portugal, que penso que não tem muito a ver com o nosso Concelho mas que foi atribuída à Federação, o porquê deste subsídio e a razão deste subsídio, também gostaríamos de saber o valor. -----

----- Gostava, também, de realçar, talvez por lapso mas também penso que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caxias não reparou. No Relatório de Actividades de Maio de dois mil e três em relação a infraestruturas viárias e de trânsito, no que diz na execução do eixo viário, troço C e D entre o aterro sanitário e Laveiras, Freguesia que está aqui referida é Paço de Arcos mas, segundo me parece, será Caxias. É um lapso e penso que deve ser corrigido. Tal, também, como o eixo viário troço C e D entre Laveiras e a Prisão/Hospital vem referida a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Freguesia de Paço de Arcos mas penso, também, que será a Freguesia de Caxias, com certeza. ---

-----Também por lapso, penso eu, está aqui uma folha da Vereadora Ana Beça que penso que não faz parte deste documento, uma informação vinte e nove de dois mil e três, penso que isto não faz parte deste documento deve estar aqui por lapso, com certeza, onde a Senhora Vereadora pede documentação para este documento, isto deve estar a mais. -----

-----Gostava, também, algo que me preocupa, que tem a ver com aquilo que já foi dito pela Bancada da CDU, as dívidas e os processos em contencioso, já o tenho referido várias vezes. Também nós gostaríamos que esta Assembleia fosse informada sobre o processo mais complicado que está aqui, de cerca de treze milhões de euros, mais pormenores sobre esta acção. É algo que se vem arrastando ao longo dos tempos, em que não temos mais informação, gostaríamos de mais informação sobre isso, fazendo desde já, oralmente, uma proposta para um requerimento para termos acesso a essa documentação. -----

-----Finalmente e para terminar, porque penso muito sinceramente que este documento está exaustivo, está interessante, demonstra aquilo que eu dizia no início, dá-nos uma informação de como a Câmara vai e é um documento que deve ser ouvido e discutido aqui nesta Câmara, está muito interessante, deve ser lido com muita atenção por todos nós em casa, acho que, de facto, está um documento muito interessante. Mas para terminar, gostava de levantar duas questões: -- -----

-----Primeiro: Para quando o lançamento do concurso do Pavilhão dos Unidos Caxienses?

-----Segundo: A informação que vem neste documento está em fase de estudo, o estudo está terminado, se a memória não me traiçoa e também ao contrário do que diziam numa última Assembleia sobre a Habitação Jovem e segundo este documento e foi escrito pela Senhora Presidente nesse sentido. O que nós vemos aqui são estudos e análises constantes de Centros Históricos e Habitação Jovem nesse sentido. Para quando, como a Senhora Presidente prometeu, um documento mais expressivo sobre esta matéria, onde nós não estamos desatentos sobre isto

minimamente, queremos ter mais informação sobre isto, queremos acompanhar a situação, é uma coisa que nos preocupa porque todos nós somos jovens de Oeiras e, infelizmente, alguns tiveram que abandonar Oeiras para ir viver para outros Concelhos porque não têm condições financeiras para viver neste Concelho, é algo que nos preocupa para os Municípios de Oeiras, gostávamos de saber para quando este documento e quando é que a Senhora Presidente nos fará chegar mais informação sobre esta situação. Muito obrigado.” -----

----- **Sr. João Viegas (PS)** -----

----- O Senhor Deputado João Viegas fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu vou especificamente falar aqui sobre uma questão que tem a ver com a toxicodependência, porque o nosso Líder já falou da questão de fundo. -----

----- O Partido Socialista está extremamente preocupado, como há pouco referi, com as falhas que tem havido do Governo Central em relação ao combate a este flagelo. Sabemos que o nosso Concelho sofre essas consequências com gravidade, o desemprego que é um factor também exponenciador desta questão tem aumentado e, especificamente, olhando para o Plano de Actividades parece-nos muito curto...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M., em Exercício**, interrompeu e disse o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado desculpe, isto não é um Plano de Actividades, isto é um Relatório da Actividade Municipal.” -----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (PS)** continuou a sua intervenção:-----

----- “...Exactamente, obrigado pela correcção. Inclusive estávamos a preparar um requerimento, no sentido de a Câmara poder atentar a essas falhas, que tem havido por causa da questão do défice, não temos dinheiro para combater esse flagelo. -----

----- As nossas questões são, concretamente duas: -----

----- Foi desmantelado o grande hipermercado de droga, portanto, a Pedreira dos Húngaros, naturalmente que a pergunta é: Se a Câmara está atenta para os novos focos de tráfico



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

e consumo. -----

-----As acções que estão aqui neste Plano, e muito bem, com certeza concordamos, apenas vislumbramos um bairro social, estou a falar, por exemplo, do Bairro dos Navegantes, estou a falar de outro tipo de bairros, onde nos parece que era mais importante fazer este tipo de acções, pese embora, lá com o envolvimento das escolas que é importante, mas basicamente a nível de parcerias só notamos um envolvimento com a rede escolar, e, portanto, a nossa sugestão vai no sentido de uma dotação orçamental suplementar para esta área e do aumento de actividades e acções ...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M., em Exercício**, voltou a interromper e disse o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado desculpe estar a interrompê-lo, estamos no âmbito do Relatório de Actividades bimensal da Câmara Municipal, não estamos nem num Período Antes da Ordem do Dia, nem estamos...” -----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (PS)** continuou a sua intervenção e disse o seguinte:-----

-----“Muito bem. Senhora Presidente mas eu estou precisamente a fazer uma crítica política à actividade deste Relatório nessa área que, pese embora, será reflexivo em relação à política central do PSD e do CDS/PP mas que nos preocupa no Concelho. Muito obrigado.”-----

-----**C.M.O.** -----

-----**Sr.^a Presidente da C.M.O.** -----

-----A Senhora Presidente da C.M.O. deu os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Eu julgo que não valerá muito a pena, neste momento, estar a fazer aqui e dar, até porque há aqui alguns elementos que foram solicitados e que poderei fornecê-los por escrito, relativamente, sobretudo, às questões colocadas pelo Senhor Deputado Carlos Coutinho.-----

-----De qualquer forma há aqui uma ou outra que poderei, neste momento responder e

tem a ver, sobretudo, com estas questões que foram aqui colocadas no que toca às preocupações de toxicodependência, desemprego, se estamos atentos, se não estamos atentos, estas parcerias. -

----- Dizer que, na realidade, nós estamos bastante atentos a esta situação, inclusivamente e desde há muito tempo que nós temos um Plano Municipal de prevenção primária das toxicodependências, não sei se fomos o primeiro Município, mas se não fomos o primeiro fomos dos primeiros Municípios a terem exactamente um Plano Municipal. Trabalhámos em parceria sempre com instrumentos financeiros e com entidades da Administração Central e ONG'S, cuja preocupação é semelhante, e, portanto, exactamente para não desperdiçarmos meios e procurarmos sinergias, aliás, somos normalmente indicados como alguém de referência, neste caso, e não é por acaso que muitas vezes querem celebrar connosco, quer agora quer no passado recente, protocolos, dado que Oeiras lhes dá segurança nessa matéria e segurança em termos de atenção e de preocupação. -----

----- Relativamente ao Bairro dos Navegadores, presumo que era isso que, disse Navegantes mas eu creio que era Navegadores que queria referir, assim os das marianas e outros que tais não nos viessem incomodar. De qualquer forma, o Bairro dos Navegadores é um bairro preocupante, mas quem conheceu o Bairro dos Navegadores como nós o conhecemos no início e quem o conhece agora, só se não tiver atento é que não consegue ver, de facto, a evolução que teve a estes níveis. E, devo dizer, aliás isso confirma aquilo que nós temos vindo a referir ao longo dos anos, de que quando se dá um realojamento nunca antes de quatro anos podem consolidar as situações, e, portanto, qualquer avaliação que seja feita é prematura, e, no caso do Bairro dos Navegadores os indicadores de que se dispõem já são francamente positivos, graças obviamente a parcerias que foram implementadas, parcerias com as escolas, parcerias com as Forças de Segurança, parcerias com a Paróquia, com a Santa Casa da Misericórdia, com todos aqueles que a nós se quiseram aliar precisamente para podermos em conjunto desenvolver e atenuar estas nossas preocupações. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Relativamente à Habitação Jovem, dizer-lhes que do estudo faz parte o diagnóstico e esse diagnóstico está a ser levado a efeito com o levantamento de todos os edifícios que poderiam ser considerados em termos de política de Habitação Jovem acessível, digamos assim. Porque o nosso Concelho, de facto, face à qualidade que tem, tem preços elevados que não são acessíveis aos jovens mas a qualidade também se paga, e não é fácil termos aqui situações que possam favoravelmente permitir uma resposta a todas as vertentes.-----

-----Eu penso que todas as outras questões são questões que têm que ser fornecidas ou que merecem ser fornecidas por escrito, até porque são dados, portanto, não faz sentido estar agora aqui a falar em dados sem ter aqui elementos que permitam com precisão que dois mais dois são quatro e não são quatro vírgula qualquer coisa. Portanto, são números precisos e não vale a pena neste momento. Muito obrigado.”-----

5. Sr.^a Presidente em Exercício -----

-----A Senhora Presidente da A.M., em Exercício, referiu o seguinte: -----

-----“Está realizada a nossa Ordem de Trabalhos.-----

-----A Mesa solicitou ao Senhor Deputado Carlos Gaivoto que adiasse para o final da reunião uma breve informação a dar à Assembleia, na sequência da primeira reunião da Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM.-----

-----Eu pedia, antes de dar a palavra ao público, que o fizesse neste momento.-----

-----Faz favor Senhor Deputado Carlos Gaivoto.” -----

5.1. Sr. Carlos Gaivoto (BE) -----

-----O Senhor Deputado Carlos Gaivoto fez a seguinte intervenção:-----

-----“No seguimento da tomada de posse, na primeira sessão desta Assembleia, houve preocupação de a Comissão ter uma primeira reunião, que se efectuou no dia quatro deste mês. Nesta primeira reunião estiveram presentes todos os Membros efectivos da Comissão e foi preocupação logo, tentarmos enquadrar a nossa actividade, nesse sentido a própria acta que

elaborámos e que entregámos já à Presidente da Assembleia, a qual em termos de procedimentos deve ser acompanhada de um ofício para dar conhecimento do que foi discutido e analisado nesta Comissão. -----

----- É nossa preocupação termos, de facto, uma metodologia de trabalho, é nossa preocupação contribuirmos para que a próxima revisão do PDM seja feita em termos inovadores, pensamos que, de facto, a questão do Plano de Mobilidade pode ser um contributo muito positivo na equação dos problemas e na própria solução deles. Gostaríamos, por isso, que relativamente àquilo que evocámos ou que, pelo menos, ficou na acta, ficassem esclarecidas algumas relações desta Comissão com a Vereação da Câmara, com o Executivo da Câmara. -----

----- Nesse sentido, pedimos à Presidente da Assembleia Municipal que a redacção ou que a própria acta seja entregue, ou na figura da Presidente do Executivo ou ao Vereador respectivo, cópia desta acta para, nos termos em que ela foi elaborada, tentarmos avançar nos nossos trabalhos. Está prevista uma próxima reunião no próximo dia quinze de Julho, até lá gostaríamos que algumas das solicitações que estão transcritas na acta fossem, pelo menos, esclarecidas. Nomeadamente, nós sabemos que existe um grupo de revisão do PDM, não sabemos se está em funcionamento ou não, sabemos que a coordenação desse grupo passa pela Dr.^a Lurdes Pereira, gostaríamos de ter algum contacto com essa equipa, até para podermos enquadrar melhor os objectivos desta Comissão e podermos, pelo menos, atingi-los. -----

----- Relativamente ao outro tipo de questões, a CDU, pelo menos, gostaria de ter as cópias do actual PDM para cada um dos Grupos Políticos Municipais. Gostaria que documentos de trabalho é que poderemos ter para facultar a este grupo para, no âmbito da revisão do PDM, poderemos analisar os problemas e também a CDU pediu os documentos de avaliação, que houve, sobre o PDM. O primeiro relatório de avaliação realizado em noventa e cinco e o segundo relatório em dois mil e dois. -----

----- Eu penso que isto é a primeira troca de informações que precisamos da Câmara, para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

podermos dar o nosso contributo o melhor possível. E, tal como disse, a própria acta transcreve algumas das nossas preocupações. Relativamente à relação da Comissão com o Executivo da Câmara ou com o Grupo de revisão do PDM, gostaríamos que isso depois fosse..., que neste âmbito haja alguma reunião com a Vereação para podermos esclarecer este ponto da nossa actividade.” -----

5.2. Sr.^a Presidente em Exercício -----

----- A Senhora Presidente da A.M., em Exercício, disse o seguinte: -----

----- “Vamos tentar dar sequência a este pedido para a Câmara, se bem que, e é uma opinião muito pessoal, vejo como difícil que a Câmara consiga responder a este conjunto de situações que são aqui focadas até ao próximo dia quinze de Julho, eu pessoalmente vejo como muito difícil, mas obviamente que a Câmara depois dará a informação, com certeza, à Comissão. Muito obrigado. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção por parte do público, eu quero, em nome do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e em nome da Mesa da Assembleia, desejar a todos as Senhoras e Senhores Deputados umas óptimas férias. A nossa próxima reunião ocorrerá, com certeza, durante o mês de Setembro, não sabemos ainda a data mas obviamente que os Senhores serão avisados. Muito obrigado e umas óptimas férias para todos.” -----

6. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Não houve intervenção do público. -----

7. MARCAÇÃO DA PRÓXIMA REUNIÃO -----

----- A próxima reunião será marcada oportunamente. -----

8. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

----- O Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às dezanove horas e quinze minutos, à qual estiveram presentes trinta e sete Membros (Elísio da Veiga, Custódio Paiva, Luís Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, António Moreira, Rui de Freitas, Salvador Costeira,

Elisabete de Oliveira, Luiz de Menezes, Jorge Pracana, Jorge Roque da Cunha, Alexandre Martins da Luz, António Viana Basto, Arlindo Barradas, Madalena Castro, Levy Nunes Gomes, Fernando Caldeira Martins, Maria Alexandra da Silva Fraga, Ângela Brito Leite, Rogério Carneiro, José Jorge Pereira, Pedro Afonso de Paulo, Luís Pereira de Sousa, Vidal Antão, Marcos Sá Rodrigues, Luísa Diego Lisboa, Pedro de Melo e Sá, Joaquim dos Reis Marques, Carlos Alberto Pereira Reis, João Carlos Macedo Viegas, António José Lopes Cabral, Carlos Coutinho, Joaquim Vieira Cotas, José Pinto Ferreira, Ermelinda Oliveira, Paulo Miranda e Carlos Gaivoto) desta Assembleia Municipal, conforme listas anexas.-----

----- Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pela Senhora Presidente em Exercício e pelos Secretários da Mesa. -----

----- (Acta assinada pela Presidente em Exercício, Primeira Secretária, Dona Madalena Pereira da Silva Castro, por ausência do Senhor Presidente, Doutor Luís Marques Mendes, e pela Primeira Secretária, Senhora Doutora Maria Alexandra Colles Gonçalves da Silva Fraga e pelo Segundo Secretário, Senhor Doutor Alexandre Manuel Pereira Martins da Luz.)-----